

Caminhos para a implementação de parques naturalizados

UM GUIA PARA GESTORES PÚBLICOS

realização

apoio



CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES NATURALIZADOS

UM GUIA PARA GESTORES PÚBLICOS

FEVEREIRO/2024

realização



apoio



INSTITUTO ALANA

Presidente

Ana Lucia de Mattos Barretto Villela

Vice-Presidentes

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Marcos Nisti

Diretora-Executiva

Flavia Doria

Isabella Henriques

Tesoureiro

Daniel Costa

Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Vieira Júnior

Diretora de Estratégia de Comunicação

Fernanda Flandoli

Diretora de Articulação e Expansão

Mariana Mecchi

Diretor de Políticas e Direitos das Crianças

Pedro Hartung

Diretora de Pessoas e Cultura

Renata Lirio



PROGRAMA CRIANÇA E NATUREZA

Equipe

Carolina Tarrío
JP Amaral
Paula Mendonça de Menezes
Maria Isabel Amando de Barros
Mikaela Alves

Colaboradora

Ligia Duarte Lanna

Caminhos para a Implementação de Parques Naturalizados: Um Guia para Gestores Públicos

Coordenação

JP Amaral

Organização

Paula Mendonça de Menezes

Texto

Dayana Araújo
Karina Tollara d'Alkimin

Colaboração e Revisão

Carolina Tarrío
Laís Fleury
Ligia Duarte Lanna
Maria Isabel Amando de Barros
Paula Mendonça de Menezes

Projeto Gráfico e Ilustrações

Graziella Mattar

Supervisão Gráfica

Helaine Gonçalves

Revisão e Textos Alternativos

Regina Cury - Metatexto

Acessibilidade

Graziella Mattar

AGRADECIMENTOS

Contamos com a preciosa colaboração de profissionais engajados na promoção de cidades mais verdes e amigáveis às infâncias, que gentilmente compartilharam saberes, práticas e experiências para enriquecer o conteúdo deste guia. Os aprendizados compartilhados aqui envolveram muitas pessoas, parceiros e prefeituras que se comprometeram com a implementação de espaços naturalizados para as infâncias, aos quais gostaríamos de direcionar nossos agradecimentos:

PREFEITURAS

Prefeitura Municipal de Caruaru - PE

Marcella Rodrigues
Swami Lima

Prefeitura Municipal de Fortaleza - CE

Carla Camila Girão Albuquerque
Juliana Brauner

Prefeitura Municipal de Jundiá - SP

Alissandra Bernardini de Oliveira
Juliano Nunes
Marcelo Peroni
Paula de Castro Siqueira
Sylvia Barbosa Angelini

Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes - SP

Claudio Marcelo de Faria Rodrigues
Fabíola de Almeida Rodrigues

Prefeitura Municipal de Sobral - CE

Marília Ferreira Lima
Úrsula Santana Nóbrega

Parceiros e colaboradores no desenvolvimento dos parques naturalizados

Ateliê Navio

Giovanna Tosi
Patrícia Rabbat
Ursula Troncoso

Ciranda da Vida

Guilherme Blauth

Estúdio +1

Ana Maciel
Luis Milan
Rafael Letizio
Tatiane Moraes
Tiago Brito
Vivian Madi

Sem Muros

Flávia Burcatovsky
Tomaz Lotufo

Outros colaboradores

Carla Otta
Carolina Paixão
Fabio Furlan
Glauco Murta
Henrique Romano
Jean Claude Dubois
Julia Berro
Ligia Ferreira/ Matéria Base
Marieta Colucci / CECIP
Peetssa Pdoisrca
Roquinho / Carretel cultural
Silvano Fernandes Macarrão

APRESENTAÇÃO

Imagina um espaço público que beneficie de uma só vez as áreas verdes das cidades, o desenvolvimento integral das crianças e o enfrentamento da crise climática no planeta... Imaginou?

Foi a partir dessa visão que o Instituto Alana se uniu à Fundação Van Leer e desenvolveu experiências de implementação de parques naturalizados com municípios que fazem parte da Rede Urban 95, iniciativa que apoia cidades no desenvolvimento de políticas voltadas à primeira infância.

Inspirados nas vivências e no modo de se relacionar com a natureza dos povos originários e comunidades tradicionais de nosso país, e em experiências de implementação de parques pú-

blicos para as infâncias em países como Alemanha e Holanda, os parques naturalizados são espaços projetados a partir de elementos da natureza para brincar, aprender e conviver. Além disso, colaboram com a regeneração ambiental e o aumento da biodiversidade, tão necessários para a qualidade de vida de todos os seres vivos. Esses espaços têm se apresentado como uma alternativa aos parquinhos infantis convencionais e como uma forma de assegurar os direitos das crianças e de suas

famílias a viverem em um ambiente de qualidade, promotor de saúde e bem-estar, e a brincarem livremente na natureza, sobretudo em áreas urbanas.

Atualmente cerca de 80% da população brasileira vive em cidades, entretanto, nem sempre as cidades são planejadas para a inclusão das crianças como sujeitos de direitos, levando em consideração suas necessidades específicas para usufruir com segurança, liberdade e autonomia dos espaços públicos e do convívio comunitário. A consequência de não dar prioridade às crianças nas políticas públicas é um modo de vida sedentário e restrito a ambientes fechados, com pouco acesso a experiências ao ar livre. Diversos estudos vêm apontando para os efeitos nega-

tivos dessa situação para o desenvolvimento das crianças, como aumento da obesidade infantil, o surgimento de quadros de miopia precoce e perda de habilidades físicas e sociais. Por outro lado, aumentam as evidências que comprovam os múltiplos benefícios da natureza no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O Alana é uma organização de advocacy fundada há 29 anos, que tem as infâncias e as adolescências como foco. A escolha da natureza como um dos eixos estratégicos de sua atuação partiu do reconhecimento de que as crises socioambientais que afetam a humanidade, e todos os demais seres vivos que dividem esse planeta conosco, são também uma crise dos direitos das crianças. Meninos e meni-

nas, especialmente aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade, são as vítimas invisíveis de um problema que não criaram e pelo qual sofrem e sofrerão consequências por toda a vida. Vale dizer que os povos originários alertam, há muito tempo, que a principal causa das crises socioambientais que enfrentamos hoje é nossa alienação do organismo do qual fazemos parte: a Terra. Daí ser fundamental que as medidas de enfrentamento dessas crises considerem a complexidade da relação do ser humano com a natureza e fomentem uma transformação profunda. Isso passa por restituir às infâncias seu espaço de exploração e experimentação fundamental - a natureza -, conferindo a elas o direito de viverem sua existência desenvolvendo a

noção de interdependência necessária à nossa sobrevivência e o respeito pela vida das outras espécies.

Por isso acreditamos que é urgente priorizar crianças e adolescentes nas ações que mitigam os efeitos da emergência climática - e das demais crises socioambientais que vivenciamos. E também adaptar nossos ambientes, promovendo o acesso e fortalecendo vínculo de crianças, de adolescentes e de suas famílias com os espaços naturais. Esses caminhos vão desde colocar os interesses de crianças e adolescentes como prioridade nos mecanismos de financiamento climático, adaptação e perdas e danos, até projetos que transformem a infraestrutura urbana a partir de soluções baseadas na natureza.

Isso contribuirá para resiliência climática de nossas cidades e, ao mesmo tempo, proporcionará ambientes onde crianças e adolescentes possam brincar, crescer e se desenvolver, vinculados aos espaços abertos e à vida que neles pulsa.

Este guia integra um conjunto de esforços do Instituto Alana junto à Fundação Van Leer e à iniciativa Rede Urban 95 direcionados a aprender e experimentar a naturalização dos espaços para as infâncias. Desde 2020 têm sido desenvolvidos projetos-piloto em algumas cidades, a fim de investigar o potencial dos parques naturalizados em se tornarem parte de uma política pública que favoreça o acesso da criança à natureza, de modo equitativo, contribuindo com o equilíbrio ambiental e climático.

Esta publicação tem como intenção compartilhar os aprendizados e resultados dessas experiências realizadas em parceria com municípios, e apresentar caminhos para a implementação de parques naturalizados, não como uma receita, mas como uma boa prática que pode ajudar iniciativas semelhantes em outras cidades. É um convite para pensar na transformação dos espaços públicos como elemento fundamental de uma política socioambiental ampla, que beneficie as infâncias, as cidades e a sociedade como um todo.

COMO USAR ESTE GUIA

Este guia visa inspirar e apresentar caminhos para gestores públicos dispostos a implementar parques naturalizados. Com ele, você poderá aprofundar seu conhecimento sobre os parques naturalizados e, principalmente, sobre as formas de viabilizá-los nos municípios. O documento traz a jornada a ser percorrida pela equipe implementadora, e poderá servir também para embasamento de processos formativos.

Ao longo da leitura há recursos como dicas, materiais adicionais para aprofundamento de alguns temas e referências sobre boas

práticas de municípios que já implementaram parques naturalizados.

Este guia está disponível na página sobre parques naturalizados do Instituto Alana, que reúne diversas informações e materiais complementares ao seu conteúdo, e que estão referenciados ao longo do texto. O sumário a seguir resume o conteúdo do guia e apresenta um panorama das diferentes etapas que compõem a jornada de implementação de um parque naturalizado. Você pode navegar pelas diferentes etapas da jornada clicando nos respectivos títulos.

13

O QUE SÃO ESPAÇOS NATURALIZADOS PARA O BRINCAR?

18

POR QUE FAZER?

Benefícios e vantagens dos parques naturalizados

Direitos das infâncias

Políticas públicas para as infâncias, as cidades e o clima

40

COMO FAZER?

Etapa 1 | Planejamento

Colaboração intersetorial

(In) formação para aprofundamento do conceito

Governança compartilhada

Escolha dos locais

Mobilização de recursos

Compras e contratação de serviços

Projeto-piloto e processo de avaliação

Etapa 2 | Projeto

Estímulos ao desenvolvimento infantil

Participação das crianças e da comunidade

O que considerar para o desenvolvimento do projeto

Elementos de projeto

Conselhos sobre materiais

Riscos bons e riscos ruins

Etapa 3 | Execução

Preparação do terreno

Gestão da construção

Inauguração

Etapa 4 | Conservação e manutenção

Condições de brinquedos e mobiliários

Condições dos elementos naturais

Condições dos caminhos e pisos

143

CONSIDERAÇÕES FINAIS

145

LISTA DE REFERÊNCIAS E MATERIAIS COMPLEMENTARES

O QUE SÃO ESPAÇOS NATURALIZADOS PARA O BRINCAR?

Os espaços naturalizados para o brincar são uma resposta urgente para devolver às crianças o direito às cidades, à conexão com a natureza e oportunizar a experiência do corpo ao ar livre como fonte de saúde, aprendizagem e lazer. São diversos, inclusivos, com foco na paisagem e nas relações. Planejados, desenhados e executados de forma participativa, transversal e interdisciplinar, estão sempre alinhados com as referências culturais de cada território.

Embasados por estudos que indicam os benefícios da natureza para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a necessidade do desemparedamento das infâncias e da superação dos impactos da crescente desconexão das crianças do mundo natural (“transtorno do déficit de natureza”), esses espaços são essencialmente ao ar livre e constituídos de elementos naturais destinados

às crianças e suas famílias. Os espaços naturalizados promovem também uma ampliação da rede de áreas verdes da cidade e a recuperação de suas funções ecossistêmicas, beneficiando a resiliência das cidades e a própria natureza. Tais espaços representam uma alternativa aos locais de brincar tradicionais e são considerados uma inovação urbana e uma solução baseada na natureza, porque unem a um só tempo espaços para brincar, regeneração de áreas verdes e serviços ambientais.

SAIBA MAIS

Veja os livros [“Desemparedamento da Infância: A Escola como Lugar de Encontro com a Natureza”](#), [“A Última Criança na Natureza”](#).

Veja o vídeo [“Transtorno de Déficit de Natureza: o que é isso?”](#), para aprofundar seus conhecimentos sobre as questões contemporâneas que envolvem o afastamento entre as crianças e a natureza.

Os espaços naturalizados para o brincar podem ser construídos em diferentes contextos e situações, e no Brasil vêm sendo organizados nas seguintes categorias:



Parque naturalizado

ideal para espaços públicos



Pátio escolar naturalizado

ideal para escolas e espaços educativos



Ecossistemas do brincar

ideias para áreas protegidas e unidades de conservação



Parques naturalizados são paisagens para o brincar constituídas por elementos naturais e culturais. São repletos de possibilidades de interação, exploração e criação que incentivam o brincar livre, a convivência, o vínculo e o pertencimento ao espaço público, com a natureza e o prazer de estar a céu aberto. Simultaneamente, representam uma estratégia que favorece o aprendizado, o brincar e o desenvolvimento integral das crianças, e as reconhece como um importante agente de transformação da cidade. Parques naturalizados podem ser considerados uma solução baseada na natureza que beneficia as múltiplas infâncias enquanto colabora com o incremento de áreas verdes urbanas. É por isso que propomos sua implementação como uma opção de política socioambiental para as crianças e suas famílias.

Este guia se apoia em estudos, pesquisas e na experiência de projetos-piloto desenvolvidos entre 2020 e 2023, em cidades da Rede Urban 95. Ele compartilha os caminhos para implementação de parques naturalizados, e muitos dos aprendizados extraídos dele também podem subsidiar a gestão municipal para o desenvolvimento de pátios escolares naturalizados e ecossistemas para o brincar, desde que realizadas as necessárias adequações.

SAIBA MAIS

Veja a seção sobre [parques naturalizados](#) no site do programa Criança e Natureza, do Instituto Alana.

Consulte a publicação [“Parques Naturalizados: Como Criar e Cuidar de Paisagens Naturais para o Brincar”](#) para saber mais sobre o conceito e os elementos desses espaços, além de conhecer algumas experiências no Brasil e em outros países.

POR QUE FAZER?

Nesta seção são apresentados os principais benefícios e vantagens de parques naturalizados, bem como os documentos e normativas que ressaltam a sua importância e o direito da criança ao contato com a natureza.

BENEFÍCIOS E VANTAGENS DOS PARQUES NATURALIZADOS

Há muitas razões para um município optar pela implementação, em escala, de parques naturalizados. Os benefícios e as vantagens desses espaços públicos vão desde a promoção do desenvolvimento psicomotor das crianças, passando pela contribuição para a melhoria do microclima da cidade, o aumento da

biodiversidade urbana e a valorização das culturas das infâncias e dos territórios. Eles também são estruturas de implementação relativamente simples e baixo custo.

Veja, a seguir, uma seleção de **motivos para implantar parques naturalizados** no seu município.

VANTAGENS PARA O PODER PÚBLICO:

- **ampliam** a rede de áreas verdes urbanas, a permeabilidade, a biodiversidade, o conforto térmico e a drenagem do solo
- **vinculam** a comunidade com o seu entorno, favorecendo o senso de pertencimento e o engajamento comunitário no cuidado com os espaços públicos
- **demonstram** a preocupação e o comprometimento da gestão municipal com a agenda ambiental e o bem-estar da população
- **podem** refletir e dar luz a elementos culturais relevantes para as infâncias e os territórios
- **custam menos** do que parquinhos convencionais quando se utiliza recursos disponíveis na própria prefeitura, como madeiras provenientes de podas de árvores da cidade e mudas de viveiros locais
- **colaboram** na gestão de resíduos ao reaproveitar materiais naturais que seriam descartados

BENEFÍCIOS PARA AS MÚLTIPLAS INFÂNCIAS:

- **promovem** a conexão das crianças com a natureza, incrementando suas habilidades e interesses por meio da interação entre si, com a paisagem e com elementos naturais e culturais
- **oportunizam** a vivência em um espaço de brincar em contato com a natureza, possibilitando que as crianças brinquem de forma mais ativa, criativa, livre, e por mais tempo
- **sensibilizam** as crianças em relação à flora e à fauna características de sua região
- **favorecem** a integração entre cultura e natureza, ao incluir elementos da cultura das infâncias de cada território nos brinquedos e mobiliário

SAIBA MAIS

Veja o que diz a Sociedade Brasileira de Pediatria sobre os benefícios da natureza para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no [“Manual de Orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria - Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes”](#).

- **estimulam** o convívio e o vínculo intergeracional e entre as famílias, a cidade e seus espaços públicos, incentivando a valorização das áreas verdes
- **promovem** os direitos fundamentais da criança ao brincar, ao meio ambiente, aos espaços públicos e à convivência comunitária
- **acolhem** diferentes habilidades das crianças com ou sem deficiência, ao serem inclusivos

SAIBA MAIS

Veja, também, documento do UNICEF sobre a importância de toda criança, independente do seu local de moradia, estar a uma curta distância de um espaço verde público seguro e acolhedor: [“Discussion Paper: The Necessity of Urban Green Space for Children’s Optimal Development”](#).

OPORTUNIDADES PARA O CLIMA, A CIDADE E SEUS HABITANTES:

- **promovem** a saúde física e mental e o bem-estar de toda a comunidade
- **umentam** a cobertura vegetal da cidade, trazendo todos os benefícios ambientais relacionados a esse ganho - mais conforto térmico, melhoria na drenagem e ampliação do habitat para espécies animais -, favorecendo, assim, o aumento da biodiversidade no ambiente urbano
- **podem contribuir** para a regulação do micro e do macroclima da cidade, bem como para a melhoria da qualidade do ar
- **proporcionam** sombra e podem produzir alimentos
- **promovem** encontros e convívio intergerações, por serem áreas multifuncionais



Plantio de mudas no Parque Naturalizado Praça Flávio Palmier em Niterói. Foto: João Laet / Acervo: Instituto Alana.

DICAS

Utilize os argumentos apresentados nesta seção para sensibilizar colegas ou convencer suas chefias sobre as oportunidades que espaços públicos naturalizados podem oferecer para o seu município.

DIREITOS DAS INFÂNCIAS

Conforme vimos, há bons argumentos a favor da implementação de espaços públicos naturalizados nas cidades e, entre eles, há um que é imperativo: o direito da criança ao livre brincar, à fruição da natureza e dos espaços públicos nas cidades. A exposição à natureza é essencial para todos, mas o estar e brincar do lado de fora, ao ar livre, em interação com o ambiente natural, é especialmente importante para o desenvolvimento integral das crianças, consideradas suas diversas dimensões - social, emocional, cultural, intelectual e física.

O direito fundamental das crianças à natureza, amparado em normas jurídicas nacionais e internacionais, pode ser compreendido como um conjunto de direitos, composto por:

- **direito à proteção ambiental**, visando a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras
- **direito de acesso físico à natureza** e de usufruto do ambiente natural para brincar, se desenvolver e aprender
- **direito de se conectar de forma significativa** com a natureza e de manter e fortalecer esse vínculo através da experiência direta e contínua na natureza, o que também contribui para desenvolver o senso de responsabilidade em relação a ela

A interação entre infância e natureza é, ainda, elemento essencial e indispensável para a efetivação de outros direitos fundamentais, como a vida, a saúde, e a segurança alimentar.

Veja a seguir o que preconizam algumas normativas nacionais e acordos internacionais que enfatizam o papel central do poder público em assegurar esses direitos de forma equitativa, para que não sejam reduzidos à condição de privilégio.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

“Art. 5º. Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.”

“Art. 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar e estimular a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades.”

PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - PNPI

“A criança tem direito a uma vida saudável, em harmonia com a natureza, bem como o direito a se inserir e viver como cidadã nas relações sociais, o que implica o direito ao espaço na cidade, de modo adequado às suas características biofísicas e de desenvolvimento, além de participar da definição desses espaços e, finalmente, participar da construção de uma sociedade sustentável. Ser cidadã implica estar no meio social de forma participante, como sujeito.” (p. 106)

“(...) é fundamental que a criança tenha a oportunidade de vivenciar experiências com a natureza durante a infância no seu dia a dia nas cidades. O brincar livre na natureza promove o desenvolvimento físico – as irregularidades do terreno são um desafio ao movimento –, desenvolve a capacidade imaginativa e a criatividade do brincar, contribui com sua autoestima, porque oferece desafios novos ao corpo, que, ao superá-los, fortalece seu aprendizado autônomo e traz bem-estar, por sua propriedade restaurativa, pela contemplação estética e do belo que a natureza oferece.” (p. 110)

ESTATUTO DA CIDADE

“Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11. “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Meta 11.7. “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

NOVA AGENDA URBANA

13. “Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que:
(b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em socie-

SAIBA MAIS

Veja também o [Legal Policy Brief](#), organizado pelo Instituto Alana: “O direito das crianças e dos adolescentes à natureza e a um meio ambiente saudável”, que reúne os fundamentos jurídicos para garantia do acesso das crianças às áreas verdes e naturais.

dades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade”.

A efetivação dos direitos da criança à natureza envolve uma série de ações e estratégias multissetoriais que precisam ser adotadas por toda a sociedade, especialmente os representantes do poder público, os educadores, planejadores urbanos, ambientalistas e as próprias famílias. A implementação de parques naturalizados é uma dessas estratégias e, portanto, uma resposta às normas citadas acima.

A seguir, veremos como a criação de parques naturalizados pode se articular com outras iniciativas e políticas, contribuindo, ao mesmo tempo, para a efetivação da agenda ambiental e climática das cidades.



Parques naturalizados colaboram com o desenvolvimento integral de todas as crianças. Praça Horácio Sabino, São Paulo. Foto: Renata Ursaia / Acervo: Instituto Alana

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS INFÂNCIAS, AS CIDADES E O CLIMA

De acordo com o estudo Índice de Risco Climático das Crianças, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, de 2021, em todo o mundo passa de 2 bilhões o número de crianças expostas a mais de um risco, choque ou estresse climático/ambiental. No caso do Brasil, mais de 40 milhões de crianças e adolescentes estão expostos a mais de um dos riscos analisados no estudo, o que representa quase 60% das crianças e dos adolescentes no país. Por exemplo, mais de 8,6 milhões de meninas e meninos brasileiros estão expostos ao risco de falta de água; e mais de 7,3 milhões estão expostos aos riscos decorrentes de enchentes de rios (UNICEF, 2022).

A crise ambiental e climática é uma crise dos direitos das crianças que afeta, em especial, aquelas em situação de vulnerabilidade. Assim, é fundamental encontrar caminhos inovadores que mitiguem os efeitos dessas crises e promovam a plena realização dos direitos na infância, bem como o acesso equitativo das crianças e suas famílias a um ambiente ecologicamente sadio e seguro.

A decisão pela implantação de parques naturalizados, não de forma pontual e isolada, mas sim de forma sistêmica, em larga escala, e conectada a outras iniciativas, é um reconhecimento da **urgência de investir em políticas públicas**

que levem em consideração ações de adaptação e transformação da infraestrutura e dos espaços urbanos, a partir de soluções baseadas na natureza. Essas medidas visam contribuir para a resiliência ambiental e climática das cidades, ao mesmo tempo em que proporcionam ambientes adequados ao desenvolvimento das crianças em contato com a natureza.

O parque naturalizado se configura como uma via de mão dupla em sua relação com as políticas públicas e os instrumentos de planejamento municipal. Ele pode colaborar com a efetivação de planos como Plano Diretor, Plano Municipal pela Primeira Infância, Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, Plano de Arborização, Plano de Áreas Pro-

tegidas e Áreas Verdes, e também pode ser um incentivador, a partir dos aprendizados adquiridos com sua implementação, de diretrizes políticas inovadoras que ainda não existam no município.

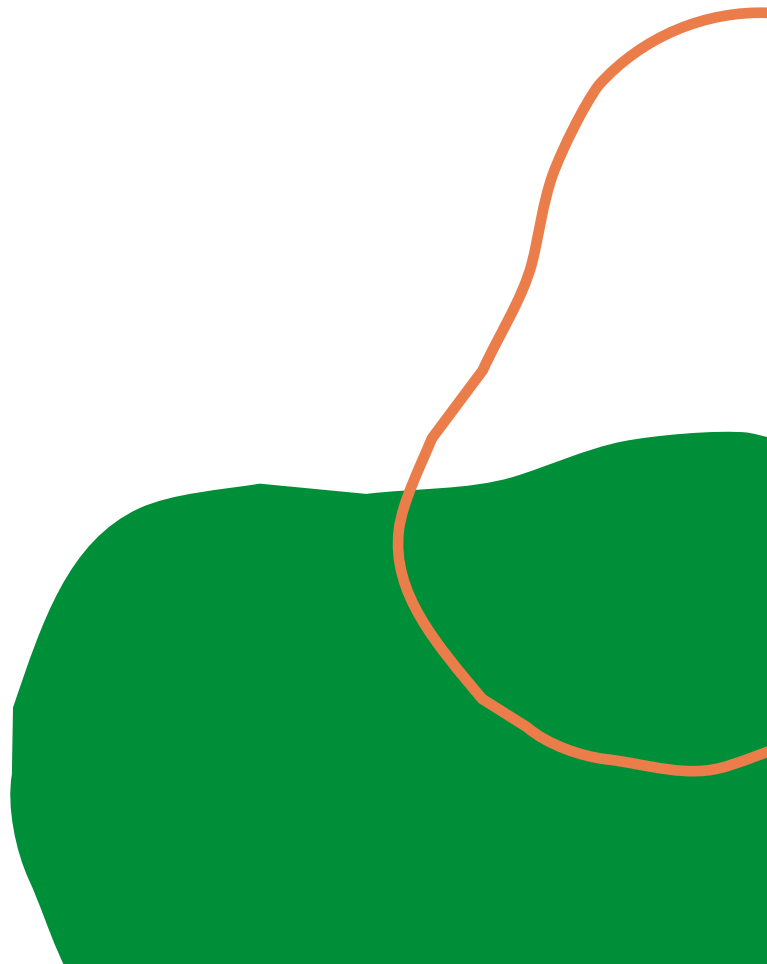
Veja a seguir as características de alguns desses instrumentos de planejamento, e como a implementação de parques naturalizados pode estar associada a eles, seja como meio para a realização de seus objetivos, ou como fator indutor de uma agenda ambiental em prol das crianças no município. Essa articulação, além de positiva do ponto de vista estratégico e operacional, contribui para a mobilização de recursos para a criação dos parques, e é favorável para a sua institucionalização e sustentabilidade ao longo do tempo.

- **Plano Diretor:** principal instrumento apresentado no Estatuto da Cidade, visa assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. O Plano Diretor também estabelece a necessidade de desenvolvimento de planos setoriais para aprimorar a gestão no cumprimento da função social das cidades. Nesse sentido, é possível e recomendável que tanto o plano diretor quanto os planos setoriais possam apresentar estratégias para tornar a vivência nas cidades acolhedora, brincante, segura, inclusiva, verde e propícia aos encontros, sendo os parques naturalizados uma delas. Os espaços e parques naturalizados podem estar evidenciados como ações estratégicas em planos de bairro, de arborização, de mobilidade, de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres.

- **Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI:** ferramenta de planejamento político e técnico, que tem por objetivo orientar, a longo prazo, o poder público em tomadas de decisões, no direcionamento de investimentos e na priorização de ações que visam à proteção e à promoção dos direitos das crianças na primeira infância. Prever a implementação de espaços naturalizados em PMPIs é uma decisão estratégica e necessária, tendo em vista que as crianças são especialmente vulneráveis às consequências das mudanças climáticas. Os parques naturalizados são uma oportunidade para a realização simultânea de direitos ambientais e direitos das infâncias, na medida em que beneficiam o meio ambiente e o clima urbano, ao mesmo tempo em que oportunizam o livre brincar no espaço público e em contato com a natureza - temas que aparecem com destaque no Plano Nacional pela Primeira Infância.

- **Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas:** instrumento de orientação e planejamento multidisciplinar e multissetorial, que tem por objetivo identificar ações necessárias e criar políticas públicas, estratégias e programas integrados voltados à mitigação e ao desenvolvimento da resiliência e da capacidade de adaptação do município às consequências das mudanças do clima, de modo a reduzir os riscos à população, a seu patrimônio e proteger seus ecossistemas. Diante das evidências científicas (como os estudos da Universidade Estadual de São Paulo e da Universidade Federal de Juiz de Fora) sobre o impacto da cobertura vegetal na diminuição das temperaturas nos centros urbanos, algumas medidas que devem ser previstas em Planos de Adaptação às Mudanças Climáticas são: ampliar e melhorar a arborização urbana, por meio da criação de parques urbanos, praças, agroflorestas e hortas comunitárias, unidades de conservação municipal, parques lineares, assim

como aumentar e preservar áreas permeáveis. A implementação de parques naturalizados pode ser, portanto, uma importante e eficaz estratégia a ser prevista em planos de enfrentamento às mudanças climáticas, uma vez que contribui para a ampliação da infraestrutura verde das cidades e, conseqüentemente, para a regulação do microclima urbano.



Conforme vimos, a criação de parques naturalizados é uma ação que contribui para a efetivação de políticas públicas voltadas às cidades, ao clima e às infâncias, uma vez que a ampliação e a qualificação de áreas verdes urbanas respondem não apenas a questões ambientais, como também favorecem a melhoria da saúde pública, da qualidade de vida, do bem-estar da população e infâncias saudáveis.

A depender do contexto social, econômico e territorial, a experiência de cidade e de acesso à natureza pode variar para cada família. Por isso, é imprescindível que, além da expansão e qualificação das áreas verdes, haja também uma distribuição equitativa destas pelos

territórios da cidade, assegurando o direito à natureza para todas as crianças.

A partir dessas reflexões, convidamos você, gestor público, a pensar na “transformação verde” dos espaços públicos, não como intervenções isoladas, mas sim como elemento fundamental de uma política socioambiental abrangente, em prol da cidade e de seus habitantes. Trata-se da concepção do espaço público verde como um lugar de realização de direitos.

Conheça a seguir exemplos práticos de como diferentes municípios reconheceram a relevância do vínculo entre as crianças e a natureza, e articularam a implementação de parques naturalizados com planos, programas e políticas públicas.

BOAS PRÁTICAS

O município de **Jundiaí/SP** incorporou na revisão de seu “Plano Diretor”, datado de 2019, diretrizes relacionadas ao direito das crianças à cidade, incluindo no documento todo um capítulo dedicado à “*política da criança na cidade*”. O texto destaca o objetivo da política de “*criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, e “tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza.”* (p. 106)

A visão adotada pela administração municipal garantiu que a implementação de parques naturalizados esteja prevista no “Plano Municipal pela Primeira Infância de Jundiaí”, figurando como um elemento chave para a efetivação dos direitos da criança à cidade, ao contato com a natureza e ao livre brincar. Os parques naturalizados também são uma ação prevista no “Plano de Bairro Novo Horizonte”, aprovado pela Lei nº 9.817, de 31 de agosto de 2022, no qual há indicação de áreas propícias à implementação de parques naturalizados no entorno de escolas públicas da região.

No município de **Sobral/CE**, a recente revisão do “Plano Diretor” incorporou uma seção sobre “primeira infância”, que define como ações estratégicas da Política de Desenvolvimento Social voltada à Primeira Infância do Município: o fortalecimento do vínculo entre as crianças e a natureza, a partir de ações nos espaços públicos e extraescolares, em especial calçadas, praças e parques; e o estímulo à ocupação da cidade pelas crianças e o livre brincar em contato com a natureza, por meio da ampliação da oferta de áreas para brincar nos espaços públicos.

De forma similar, nos municípios de **Niterói/RJ** e **Fortaleza/CE** a implantação de parques naturalizados está explicitada como ação estratégica nos respectivos “**Planos Municipais pela Primeira Infância**” - PMPI Niterói e PMPI Fortaleza, uma vez que estão sendo implementados em diferentes territórios de ambas as cidades.

O projeto de instalação de 30 microparques urbanos na cidade de **Fortaleza/CE** faz parte, ainda, de uma iniciativa mais ampla do município, o “Fortaleza Mais Verde”, programa de expansão de áreas verdes desenvolvido para mitigar a crise climática e os impactos do intenso crescimento populacional na infraestrutura e no ambiente natural da cidade. A iniciativa consiste na implantação de corredores verdes cicloviários e na preservação de pequenas áreas verdes públicas dispersas na cidade.



Área livre destinada para o Microparque José Leon em Fortaleza, foto aérea de antes da implantação / Acervo: Prefeitura de Fortaleza.



Microparque José Leon depois da implantação. / Acervo: Prefeitura de Fortaleza.

COMO FAZER?

Nesta seção são descritas as diferentes etapas necessárias à implementação de parques naturalizados: **1 - planejamento; 2 - projeto; 3 - execução; 4 - conservação e manutenção.**

Os caminhos para a implementação de um parque naturalizado nem sempre são lineares e as etapas podem se sobrepor.

O importante é estar atento às capacidades das equipes, dos recursos e dos espaços, fazendo as adequações necessárias, e nunca esquecendo o objetivo final: oferecer às crianças e suas famílias o acesso a espaços qualificados junto à natureza.

ETAPA 1 - PLANEJAMENTO

A etapa de planejamento compreende as ações que antecedem a elaboração e execução do projeto do(s) parque(s) em si, e que são fundamentais para viabilizar a sua implantação.

COLABORAÇÃO INTERSETORIAL

Intervenções em espaços públicos com foco nas crianças são, necessariamente, ações intersetoriais, que demandam a **atuação conjunta e coordenada de diferentes setores** da gestão municipal, a fim de garantir as características básicas dos espaços naturalizados para o brincar: ser verde, acessível, seguro, inclusivo e lúdico. A ação pode ser coordenada por qualquer área, contanto que ocorram a articulação e o envolvimento, desde o princípio, de todos os atores necessários para planejar, executar e manter os parques: planejamento urbano, meio ambiente, serviços públicos, obras, cultura, educação, trânsito etc., de acordo com o arranjo institucional de cada município.

A colaboração intersetorial, além de necessária do ponto de vista operacional, é também um elemento estratégico que ajuda a potencializar a disseminação do conceito dos parques naturalizados nos diferentes setores.

Para que isso ocorra, contudo, é necessário que os atores envolvidos sejam devidamente sensibilizados e capacitados. Recomendamos

a formação de um grupo de trabalho ou comitê intersetorial com pessoas estratégicas das diferentes áreas da prefeitura, para acompanhar as atividades, desde o planejamento até a execução. Verifique se em seu município há colegiados intersetoriais já estruturados, como, por exemplo, vinculados a uma política pela primeira infância, pois eles podem facilitar o processo de colaboração intersetorial para a criação dos parques naturalizados.

(IN)FORMAÇÃO PARA APRFUNDAMENTO DO CONCEITO

No contexto brasileiro, os parques naturalizados são um conceito inovador de espaço público, que se diferencia em diversos aspectos dos parques e espaços de brincar comumente encontrados nas cidades de norte a sul do país. Assim, é muito importante que a decisão pela implementação de parques naturalizados seja acompanhada de um processo de **disseminação do conceito e dos benefícios** desses espaços, tanto para o público interno da administração municipal, quanto para o público externo. Aqui, na etapa de planejamento, focaremos na sensibilização do público interno e, mais adiante, na etapa de execução, trataremos da comunicação com o público externo.

Sensibilizar e formar todos os agentes que estarão envolvidos na implantação dos parques naturalizados é fundamental para que haja um entendimento sobre os princípios e elementos que compõem esse tipo inovador de intervenção no espaço público, e o que é necessário para uma implementação exitosa. Nesse sentido, promova uma ou mais rodas de conversa, palestras, apresentações ou breves

formações que abordem o conceito e os benefícios dos espaços naturalizados, a fim de informar, encantar e instrumentalizar esses agentes. Partindo do pressuposto da intersectorialidade, pense nas pessoas estratégicas para ter junto nessa jornada, assim como na representatividade do grupo, envolvendo equipes de diversas secretarias, a comunidade alvo da intervenção, representantes da sociedade civil e da academia, se achar relevante.

Caso opte por fazer uma contratação para a implementação dos parques naturalizados, é importante prever, já no processo licitatório, atividades de formação para as equipes da empresa/consórcio vencedor do certame.

DICAS

Utilize o conteúdo deste manual para desenhar um breve roteiro de apresentação ou formação. Faça dos espaços (in)formativos momentos agradáveis, em contato com a natureza, e, se possível, traga convidados especialistas para reforçarem os recados.



Parquinho convencional sem elemento natural em Conjunto Habitacional. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.



Crianças brincam no Parque Natú do Conjunto Jefferson em Mogi das Cruzes, São Paulo. Após o projeto-piloto, a Prefeitura de Mogi das Cruzes iniciou de forma autônoma a expansão de parques naturalizados, denominados Parques Natú. Foto: Claudio Rodrigues / Acervo: Prefeitura de Mogi das Cruzes.

GOVERNANÇA COMPARTILHADA

No processo de implementação de parques naturalizados, a governança compartilhada é tão importante quanto a colaboração intersectorial, mencionada acima.

Entende-se por governança compartilhada a divisão de responsabilidades e a tomada de decisão conjunta das partes interessadas (poder público e comunidade), sobre diferentes aspectos práticos e operacionais da intervenção. É importante ter clareza sobre a governança da iniciativa desde a etapa de planeamento, de forma a assegurar que todos estejam envolvidos e participem das decisões, desde a elaboração do projeto até a conservação do parque. A governança compartilhada, traduzida como união de esforços em torno de um objetivo comum, possibilita mobilizar recursos e saberes diversos, além de promover a apropriação da intervenção pelos cidadãos que dela se beneficiarão.

Para estabelecer e manter um arranjo de governança compartilhada é fundamental criar relações de confiança e gerar vínculo, motivação e comprometimento. Para tanto, algumas ações podem ajudar:

- identifique as lideranças locais
- estabeleça um diálogo franco com a comunidade
- apresente a ideia, o conceito e os benefícios do parque naturalizado
- esclareça todas as etapas do processo de implementação, explicitando os momentos e as expectativas de cocriação e participação
- tenha uma proposta inicial de divisão de tarefas e responsabilidades, mas esteja aberto a mudanças
- promova espaços qualificados de escuta e participação (ver mais detalhes adiante)
- formalize a criação de um comitê ou conselho gestor, composto por representantes do poder público, voluntários da comunidade e demais atores interessados.

BOAS PRÁTICAS

Em **Fortaleza/CE**, cada Microparque Naturalizado conta com um **conselho gestor**, formado por moradores do entorno das áreas de intervenção, que é envolvido em todas as etapas da implementação dos parques: por meio de um processo participativo e de escuta na fase de elaboração do projeto; durante a execução da obra, para a aprovação de possíveis mudanças no projeto; e na zeladoria das áreas, após a sua implantação.



Articulação comunitária durante obra do Microparque José Leon em Fortaleza. Foto: Tibico Brasil / Acervo: Instituto Alana.

ESCOLHA DOS LOCAIS

Espaços naturalizados para o brincar podem ser criados para requalificar uma área livre existente, ou para implementar um parque novo. O local de instalação pode já estar previamente definido, como por exemplo por meio de um programa ou plano de expansão de áreas verdes no município, ou pode ser escolhido a partir da decisão de implementar parques naturalizados. Neste último caso, recomenda-se um mapeamento das áreas livres públicas na cidade para a seleção dos locais, e que a escolha leve em consideração alguns aspectos, sobretudo:

- tamanho e características do terreno, dando preferência a áreas com topografia e condições favoráveis a espaços naturalizados
- histórico do terreno para averiguação de usos anteriores que possam causar contaminação do solo

- localização em áreas desfavorecidas, para uma distribuição equânime das áreas verdes e de lazer na cidade
- proximidade a equipamentos públicos frequentados por crianças e pela comunidade, sobretudo unidades de educação infantil
- fácil acesso



Parque naturalizado do Jardim Guanabara integrado ao espaço destinado ao programa Hortas Urbanas, ao lado da EMEB Nelson Álvaro Figueiredo Britto / Acervo: Prefeitura de Jundiaí.

Área escolhida para implantação de parque naturalizado priorizou seu valor socioambiental para preservação de recurso hídrico e para formação de corredor verde, assim como ampliação de área de lazer em região periférica em Mogi das Cruzes / Acervo: Prefeitura Mogi das Cruzes.



BOAS PRÁTICAS

A cidade de **Fortaleza/CE** estabeleceu um conjunto de **critérios** para a definição dos locais dos 30 micro-parques que serão instalados na capital até o final de 2024, sendo os principais:

- áreas distribuídas por todas as regionais da cidade
- prioritariamente em zonas periféricas, perto de assentamentos ou loteamentos
- em zonas predominantemente residenciais
- em áreas públicas, sem necessidade de desapropriação ou processo similar
- proximidade a unidades de educação infantil para propiciar a educação ao ar livre e em contato com a natureza
- proximidade ao sistema cicloviário

O município de **Jundiaí/SP** fez um levantamento dos espaços verdes e ao ar livre existentes em todas as unidades de educação infantil da rede municipal. A partir desse **mapeamento**, os parques naturalizados estão sendo implementados, preferencialmente em locais próximos às unidades que têm menos área verde/ao ar livre, de forma que o parque seja utilizado como

uma extensão do centro de educação infantil, proporcionando o acesso de crianças e suas famílias a espaços de lazer ao ar livre.

Um exemplo é o Parque Naturalizado do Jardim Guanabara, implantado com base nas diretrizes constantes do “Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiaí”, documento elaborado em 2021 pelo Instituto Alana, em parceria com servidores do município, apontando ações para aproximar crianças da natureza. O parque fica ao lado de uma horta urbana, o que amplia as oportunidades para as crianças brincarem ao ar livre e cultivarem a terra.

Em **Caruaru/PE** a principal diretriz para a implementação de parques naturalizados é a proximidade a um centro de educação infantil, uma vez que o objetivo central do projeto denominado “Território CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil” é proporcionar a conexão da unidade educacional com o espaço público. O município entende que o CMEI é um elemento propulsor de políticas para a infância no território e tem um papel central na sensibilização da comunidade escolar e do entorno, acerca da intervenção no espaço público.

Após a implementação de projetos-piloto na zona central da cidade, a expansão dos parques naturalizados está focada em zonas periféricas do município, carentes de estruturas verdes e de lazer.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Viabilizar a implementação de parques naturalizados requer a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros, como qualquer outro tipo de intervenção no espaço público.

Os **recursos humanos** necessários para a criação, execução e manutenção dos parques podem ser do próprio quadro da administração municipal, ou oriundos de contratos de prestação de serviços ou, ainda, contratados especificamente para a realização do serviço, ou de partes dele, como por exemplo a elaboração do projeto ou a execução da obra. Não existe um formato ideal ou melhor, mas, sim, diferentes realidades e arranjos institucionais, que levarão a escolhas e caminhos distintos em cada município. É importante que as diferentes possibilidades sejam avaliadas, ponderando questões jurídicas e financeiras. Em todos os casos, é essencial assegurar que as equipes envolvidas sejam sensibilizadas sobre o conceito e capacitadas sobre as especificidades dos parques naturalizados, conforme apontado anteriormente.

Em relação aos **recursos materiais** (troncos, madeiras, mudas de árvores, plantas, terra, serragem etc.) também há diferentes caminhos para a sua obtenção. Procure aproveitar os recursos dos quais a prefeitura já dispõe, no viveiro ou horto municipal, por exemplo, e reutilizar a poda urbana e material proveniente da supressão de árvores, se certificando de que os materiais são adequados e seguros para serem utilizados nos parques. O ideal é que esse material de poda passe por um período de secagem, em algum entreposto, para que a remoção das cascas seja facilitada, associado ao tratamento da madeira com verniz. Outras possibilidades são a compra de materiais ou a contratação de serviço para a implantação dos parques que inclua todos os materiais necessários. Nesse caso, é importante prever e detalhar os tipos de materiais que deverão ser utilizados (consulte o item “Conselhos sobre materiais”, adiante). Dependendo do terreno, da dimensão das intervenções e da natureza dos materiais, ferramentas e maquinários mais pesados também podem ser necessários.



Viveiros de mudas produzidas pelo município no Parque Leon Feffer, em Mogi das Cruzes. Foto: Ligia Lanna / Acervo: Instituto Alana.



Podas em secagem armazenadas no Parque Leon Feffer em Mogi das Cruzes. Foto: Ligia Lanna / Acervo: Instituto Alana.

BOAS PRÁTICAS

O município de **Sobral/CE** viu nos parques naturalizados uma alternativa aos parquinhos infantis convencionais, que, segundo a administração, se deterioram rapidamente, criando um grande volume de resíduos que precisam ser removidos e descartados de forma apropriada, gerando um custo para a prefeitura. Além da economia na gestão desses resíduos, os parques naturalizados também trouxeram a oportunidade de reaproveitar outros materiais que seriam descartados, como restos de podas e de obras.

Após a instalação exitosa de um primeiro parque naturalizado, a Prefeitura de **Mogi das Cruzes/SP** estabeleceu uma parceria com a companhia de fornecimento de energia da região para a concretização de um segundo parque, com a participação de uma empresa especializada na confecção de brinquedos em madeira. A parceria possibilitou o reaproveitamento de postes de madeira da rede de distribuição, que seriam descartados, para o desenvolvimento dos brinquedos que compõem o espaço, numa ação de sustentabilidade.

Uma das vantagens dos parques naturalizados é a economia, uma vez que sua estrutura se baseia na utilização de elementos da natureza, pode aproveitar recursos e resíduos naturais, e usa menos material de obra convencional. Ainda assim, é necessário realizar um investimento financeiro para viabilizar sua implantação e manutenção, bem como para garantir a qualidade e a segurança dos espaços.

Para ter uma ideia de valores, em **Jundiaí/SP**, o **Plano de Bairro Novo Horizonte** apresenta um módulo de microparque naturalizado para crianças de 0 a 6 anos e seus cuidadores, com área de 120 m² e custo de R\$ 35 mil cada, passível de ser instalado em diversos pontos do bairro, atendendo à demanda de crianças e cuidadores da região, proporcionando espaços de brincar em contato com a natureza.

Recursos financeiros para a instalação de parques naturalizados devem ser previstos no orçamento municipal, já que se trata de garantir direitos básicos à população. As fontes de recursos, porém, podem e devem ser diversificadas, ampliando as oportunidades e a escala das áreas naturalizadas na cidade. A seguir, são listadas algumas possibilidades de mobilização de recur-

para viabilizar ou complementar a implementação de parques naturalizados.

- parcerias com o setor privado
- fundos públicos (municipais, estaduais ou federais), tais como Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Estadual de Meio Ambiente, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, entre outros
- emendas parlamentares
- compensações financeiras, por supressão de vegetação, por exemplo
- contrapartidas de estudos de impacto ambiental ou termos de compromisso ambiental
- parcerias com fundações filantrópicas nacionais e internacionais ou organizações supranacionais
- editais voltados a promover iniciativas inovadoras e soluções baseadas na natureza
- empréstimos de bancos de desenvolvimento, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, entre outros

BOAS PRÁTICAS

A partir da implementação de um projeto-piloto de parques naturalizados em dois pontos da cidade, o município de **Fortaleza/CE** elaborou um projeto de escala, com previsão de instalação de 30 microparques urbanos, que está sendo financiado por meio de um empréstimo do Banco Mundial, no âmbito de um acordo mais amplo da capital com a instituição financeira.

Já em **Sobral/CE**, a Prefeitura faz uso de recursos do Fundo Socioambiental do Município de Sobral - FUNSAMS, cuja receita é oriunda de processos de licenciamento, compensações financeiras e multas ambientais, para viabilizar a instalação dos parques naturalizados. De forma similar, a cidade de **Jundiaí/SP** oportunizou a contrapartida de um estudo de impacto de vizinhança (EIV) de um empreendimento para viabilizar parte de um novo parque naturalizado.



Parque naturalizado na Praça do Jardim Botânico realizado de forma autônoma pela Prefeitura de Sobral / Acervo: Prefeitura de Sobral.

COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Conforme pontuado anteriormente, não há uma única forma de realizar a implementação de parques naturalizados. Há vários caminhos possíveis, que são definidos de acordo com as possibilidades, realidades e os arranjos institucionais de cada administração municipal. Se a criação de parques naturalizados com equipe própria e materiais de reuso não for uma realidade para o município, a contratação de serviços ou a compra de materiais e/ou equipamentos pode se fazer necessária.

Por se tratar de uma iniciativa inovadora e baseada na natureza, os elementos e o manejo dos parques infantis naturalizados fogem dos padrões e das práticas convencionais. Por isso, se o seu município optar por um processo licitatório, seja para a aquisição de materiais, mobiliários, brinquedos, ou para a contratação de serviço para a criação e/ou execução dos parques, é preciso estar atento às suas especificidades, assegurando que elas sejam contempladas nos processos licitatórios.

AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MOBILIÁRIOS

Um parque naturalizado propício para o brincar e a convivência comunitária é composto por elementos lúdicos e mobiliários voltados tanto para as crianças quanto seus cuidadores e familiares. Para a criação desses elementos é desejável o uso da topografia e de materiais naturais já presentes no terreno, ou que sejam instalados brinquedos e mobiliários de madeira, que harmonizem com o espaço e a proposta do parque naturalizado. Uma outra opção é mesclar brinquedos convencionais, como balanços, escorregadores e casinhas, e elementos lúdicos naturalizados, o que favorece a introdução do conceito e o entendimento do espaço naturalizado como um espaço de brincar. (veja mais detalhes sobre brinquedos e mobiliários naturalizados no item “Elementos de projetos”, [página 103](#)). Aquisições de brinquedos para parques infantis geralmente são realizadas por meio de pregões, eletrônicos ou presenciais, modalidade licitatória padrão utilizada para a compra de produtos e serviços comuns. Muitas vezes são estabelecidas atas de registro de preços, que possibilitam compras futuras por preços e nas condições previamente estabelecidas na ata. Além da aquisição e instalação dos objetos ou equipamentos, os editais, por vezes, também incluem a realização de alterações topográficas no terreno, a instalação de gradis, entre outras adequações.

Um desafio no processo de aquisição de brinquedos e mobiliários não convencionais, naturalizados ou de madeira, está relacionado à oferta. As opções de brinquedos para parques infantis ainda são muito restritas no mercado brasileiro, com predominância de alguns itens como balanços, escorregadores e gangorras, que são, muitas vezes, fabricados em ferro ou plástico, não condizentes com o conceito dos parques naturalizados. Há, ainda, uma tendência à padronização dos equipamentos e à sua concepção como mobiliário urbano isolado, e não como elementos integrados, que conformam diferentes ambientes.

Poucos brinquedos oferecem interação entre si e, salvo raras exceções, permitem apenas uma forma de brincar, com movimentos repetitivos e pouca liberdade de criação e exploração pelas crianças.

Para não ficar restrito às opções mais comuns disponíveis no mercado, você pode realizar uma licitação para esses objetos, especificando os itens e materiais desejados. No site do programa Criança e Natureza do Instituto Alana está disponível o **Guia de Brinquedos e Mobiliários**, que apresenta diversos exemplos de estruturas com elementos naturais para te inspirar. E para apoiar a elaboração do processo licitatório, disponibilizamos aqui uma **tabela descritiva dos brinquedos e mobiliários naturalizados**.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

Conforme vimos, parques naturalizados são paisagens de brincar, cuja concepção envolve um processo criativo e participativo para a concepção de um paisagismo lúdico, a partir das características e dos elementos já existentes no terreno. Esses aspectos são particularidades dos parques naturalizados que podem ser desafiadoras, sobretudo para o exercício de previsão, padronização e especificação dos materiais e serviços necessários, e da respectiva precificação.

Uma possibilidade é a contratação de serviço de paisagismo que preveja a instalação de elementos paisagísticos para fins lúdicos e para a regeneração ambiental. O paisagismo se dá no âmbito do projeto e planejamento de áreas verdes, considerando questões de programa, fluxo, proporções, estética e indicações de plantio. A contratação de empresa especializada para a criação e execução de projetos paisagísticos específicos pode incluir serviços de jardinagem e plantio de árvores para fins de reflorestamento, aumento da biodiversidade, do sombreamento e da permeabilidade do solo.

Nesse caso, a empresa contratada fornece e executa o projeto, o plantio, e é responsável, também, pelos serviços de manutenção e manejo da arborização, inclusive dispondo dos materiais, mudas e outras

necessidades. A implementação contratada pode ser completada pela aquisição de brinquedos e mobiliários específicos, ou então pode-se pensar em uma contratação mais abrangente, que envolva múltiplas frentes e cubra todos os elementos e etapas descritos neste guia.

Seja qual for o objeto da contratação - somente o desenvolvimento de projeto ou a implementação dos parques naturalizados do começo ao fim-, é imprescindível assegurar que os aspectos que caracterizam os espaços naturalizados, tais como a manutenção dos elementos naturais do espaço; a utilização de uma variedade de materiais naturais e de elementos não estruturados; o incentivo ao brincar livre e à exploração; o envolvimento das crianças e da comunidade em todo o processo, entre outros, sejam explicitados no processo licitatório e incorporados na proposta do prestador de serviços. É importante também prever um processo de capacitação das equipes contratadas, a fim de garantir o alinhamento em relação aos princípios da intervenção, que devem ser norteadores da implementação.

Veja, **no quadro de boas práticas**, as soluções encontradas por alguns municípios para viabilizar a implementação de parques naturalizados por meio de processos públicos de compra e contratação.

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Em 2021, foi promulgada a nova lei sobre licitações e contratos administrativos - **Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021**, em substituição à Lei Geral de Licitações (8.666/1993), à Lei do Pregão (10.520/2002) e ao Regime Diferenciado de Contratação (12.462/2011). A nova normativa explicita, em seu Art. 11, que o processo licitatório tem, como um de seus objetivos, “*incentivar a inovação e desenvolvimento nacional sustentável*”. Nesse sentido, a lei prevê algumas mudanças e novidades nos processos públicos de compras e contratações de serviços e obras, que podem ser favoráveis a um procedimento menos convencional, como no caso de parques naturalizados. O uso do meio eletrônico, que passa a ser regra geral para todas as licitações, torna o processo mais ágil, barato, transparente, competitivo e menos burocrático. A atualização dos limites de valores para a dispensa de licitação para compras e serviços e para obras e serviços de engenharia também é vantajosa. Tendo em vista o baixo custo envolvido na implementação de um parque naturalizado, a compra ou contratação direta se configura como uma via plausível para a sua concretização. A criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com divulgação de todas as licitações promovidas por entes da administração

pública de todo o país, aliada à digitalização dos procedimentos, resulta em maior competitividade e diversidade de fornecedores e prestadores de serviços, uma vez que facilita a participação em licitações em qualquer localidade do Brasil. Dada a limitação de fornecedores e prestadores de serviço especializados, esse ponto também pode ser bastante benéfico para a viabilização de parques naturalizados.

Procure conversar com os departamentos jurídico e de compras e licitações para compreender as melhores possibilidades e opções, explicando as especificidades do projeto. Utilize as informações e referências disponíveis neste guia para elaborar fundamentações e justificativas, fazendo referência às normativas citadas no item **“Por que fazer?” (página 18)**, bem como a planos e legislações próprias do município.

BOAS PRÁTICAS

Insatisfeito com a limitação e padronização das opções oferecidas pela maioria das empresas fornecedoras de brinquedos para parques infantis, o município de **Jundiaí/SP** elaborou edital de licitação e estabeleceu uma ata de registro de preços contendo os tipos de brinquedos que a prefeitura desejava adquirir, desenvolvidos pela equipe técnica da administração municipal. O termo de referência do pregão contém o desenho técnico dos brinquedos, com descrição detalhada dos materiais, medidas e forma de execução e instalação dos mesmos. A escolha da madeira tratada como material predominante é justificada em termos de segurança, durabilidade, custo-benefício, baixa incidência de manutenção, estética natural, que combinam bem com parques e áreas verdes e sustentabilidade. Desde 2017, o município já realizou contratações de três fornecedores distintos, por meio desse modelo.

Para viabilizar a instalação de 30 microparques naturalizados, a cidade de **Fortaleza/CE**, a partir de um financiamento do Banco Mundial, licitou a contratação de uma empresa para a execução de todas as etapas da implementação dos parques. A contratação envolve várias áreas de competências, uma vez que o processo de implantação compreende, além do desenvolvimento dos projetos, da execução das obras, do paisagismo e do fornecimento de mobiliários e brinquedos, ações de mobilização e escuta das comunidades e das crianças, o estabelecimento dos conselhos gestores de cada parque, o desenvolvimento de materiais de comunicação, e um período de manutenção das áreas instaladas. A equipe da empresa contratada passou por um processo de formação, a fim de garantir uma implementação de acordo com os princípios dos parques naturalizados. Consulte o [edital da licitação da contratação](#) para mais detalhes.



Microparque Bené em Fortaleza, construído de forma autônoma pela prefeitura por meio de edital desenvolvido a partir da experiência dos projetos-piloto. / Acervo: Prefeitura de Fortaleza.

PROJETO-PILOTO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para iniciativas inovadoras, como a dos parques naturalizados, é recomendável a realização de uma implantação experimental, ou seja, de um projeto-piloto, com a finalidade de testar e analisar a viabilidade de certas ideias e estratégias. Mesmo que já haja a decisão sobre uma implantação em escala, o projeto-piloto é essencial para gerar aprendizados que podem contribuir para a melhoria da iniciativa antes da sua expansão.

A avaliação de um projeto-piloto, com um comparativo da situação antes e depois da intervenção, também pode ser uma importante ferramenta para demonstrar resultados positivos do projeto, tais como a boa aceitação do modelo do parque naturalizado pela população.

DICAS

Planeje implementar um projeto-piloto em ao menos um e em, no máximo, três locais distintos, e já tenha em mãos um plano de escala pré-definido. Desenvolva instrumentos de avaliação, como questionários e/ou roteiros de entrevista e observação, e realize uma coleta de dados antes e outra depois das intervenções, a fim de comparar os dados e demonstrar possíveis resultados. O processo de avaliação trará importantes subsídios para o aprimoramento do plano de escala.

A avaliação é importante não somente como uma ação pontual, no momento do projeto piloto, mas também como uma prática constante de observação, reflexão e qualificação das intervenções nos espaços públicos. O processo avaliativo permite identificar e demonstrar os efeitos, intencionais ou não, da implementação de um parque naturalizado ao longo do tempo. Adicionalmente, suscita importantes aprendizados, que contribuem para a orientação de ajustes necessários, e o aprimoramento tanto do projeto em questão quanto de iniciativas futuras.

É essencial pensar no processo de avaliação já durante a etapa de planejamento, a fim de planificar as estratégias, definir os indicadores de avaliação e assegurar

uma coleta de dados antes da intervenção (linha de base), que poderá ser comparada com os dados apurados após a implementação do parque.

Uma das metodologias de avaliação pode ser a APO Avaliação Pós-Ocupação, que consiste em um processo sistematizado de avaliação dos ambientes, estruturas e mobiliários após algum tempo de sua construção e ocupação. Ao contrário das APOs tradicionais, muito voltadas para aspectos operacionais dos ambientes, sugerimos que essa avaliação inclua não apenas uma compreensão a respeito da qualidade ambiental - aspectos técnico-construtivos, de durabilidade, funcionais e estéticos - mas, principalmente, um olhar atento às vivências e interações entre

as crianças, suas famílias e a paisagem.

Ou seja, no processo de avaliação, foque em investigar tanto aspectos relacionados à qualidade do ambiente (estrutura, mobiliários, acessos, durabilidade dos materiais etc.), quanto aspectos relacionados à mudança de comportamento, ao uso e à apropriação do espaço pelas crianças, famílias e comunidade em geral (frequência, vivências, interações, satisfação, sentimentos etc.).

Para isso, será necessário trabalhar tanto com metodologias quantitativas de coleta de dados, para medir, por exemplo, o aumento do número de usuários que frequentam o espaço, quanto com metodologias qualitativas, para captar informações relacionadas à experiência, ao comportamento e

às percepções dos usuários nos espaços. Diversas ferramentas podem ser utilizadas para realização de um processo avaliativo, e entre elas sugerimos:

- **Registro de visita técnica:** complementada com fotografias, croquis gerais e gravações, em áudio e vídeo, abrangendo todos os ambientes nos quais os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao ambiente.
- **Mapa comportamental:** este instrumento possibilita identificar os usos, os arranjos espaciais, os fluxos e as relações espaciais observados, indicar as interações, os movimentos e a distribuição das pessoas em um determinado ambiente.

- **Mapeamento visual:** identifica a percepção dos usuários em relação a um determinado ambiente, com foco na localização, na apropriação, na demarcação de territórios, nas inadequações a situações existentes, no mobiliário excedente ou inadequado e nas barreiras, entre outras características.
- **Entrevista:** um relato verbal ou uma conversa voltada para atender a um determinado objetivo, que resulta em um conjunto de informações sobre os sentimentos, crenças, pensamentos e expectativas das pessoas.

SAIBA MAIS

Conheça a metodologia Quali-Urb Infância, que, apesar de focar na avaliação de rotas escolares, é um método de ponderação de atributos urbanos por meio do relato da percepção de cuidadores de crianças, que pode ser aplicado e adaptado a diferentes contextos de intervenções no espaço público. A ferramenta pode ser usada tanto com o objetivo de avaliação diagnóstica (antes da implementação), quanto com o objetivo de avaliação de efeitos de uma intervenção.

- **Questionário:** instrumento de grande utilidade quando se necessita descobrir regularidades entre grupos de pessoas por meio da comparação de respostas com um conjunto de questões relacionadas a um determinado assunto ou problema.

SAIBA MAIS

Tenha acesso a [ferramentas de avaliação e monitoramento](#) adaptadas a partir da metodologia Quali-Urb Infância do Active Design, do escritório de Jan Gehl, e de um formulário desenvolvido pela Metr pole 1:1. A adaptação foi realizada pela Escola da Cidade, exclusivamente para o Instituto Alana.

Veja [aqui](#) outro exemplo prático, o “Instrumento de Avaliação de Experiências Significativas entre as Crianças e a Natureza” - ACHUNAS (em inglês), voltado a avaliar e aprimorar os espaços verdes e as atividades neles desenvolvidas, de forma a fomentar a conexão das crianças com a natureza.

Independentemente da metodologia adotada, é importante que todo processo avaliativo rompa com a dicotomia bom-ruim e traga análises relevantes que possam servir de alicerce para tomada de decisões estratégicas. Opte sempre por sistematizar as informações, compartilhar com os envolvidos no processo e publicizar a todos.

DICAS

Para facilitar o processo de avaliação, vale procurar estabelecer uma parceria com alguma instituição de ensino superior com cursos nas áreas de políticas públicas, arquitetura e urbanismo, ciências sociais, ou áreas afins. Estudantes e professores sempre estão à procura de oportunidades para desenvolver estudos e pesquisas, aplicados a práticas concretas.



Antes da implantação do Parque Naturalizado Japy em Jundiaí.
Foto: Patrícia Rabbat / Acervo: Ateliê Navio.



Depois da implantação do Parque Naturalizado Japy em Jundiaí.
Foto: André Albuquerque / Acervo: Ateliê Navio.

ETAPA 2 - PROJETO

Para a realização do projeto de um parque naturalizado, vale considerar alguns aspectos que levam em conta o brincar e também a composição de diferentes elementos, para um desenho de projeto que tenha como centro as infâncias e a natureza.

DICAS

Procure investigar a faixa etária predominante das crianças moradoras em um raio de até 2 km do local do parque naturalizado, assim será possível adequar os brinquedos considerando as idades que mais usarão o espaço. Considere também adolescentes e jovens, trazê-los para o processo de participação será importante para estimular o uso intergeracional do parque naturalizado, afinal, usufruir de espaços naturalizados também é um direito dessa população.

ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Para as crianças, o brincar é promotor do desenvolvimento físico, emocional, cultural, social e intelectual. Tais estímulos devem ser norteadores do projeto, não apenas nos brinquedos, mas em toda a implantação, então, considere para todas as faixas etárias estímulos como:



ESCORREGAR, BALANÇAR E GIRAR

A sensação de vôo, o contato com o ar, o vento no rosto, o arriscar-se, o ritmo do balançar e o equilíbrio. A combinação colabora na localização do corpo no espaço, na coordenação da força, na percepção sobre velocidades e direções e no desenvolvimento motor fino e grosso.



SUBIR, DESCER, INCLINAR E ATRAVESSAR

Chegar no topo de uma árvore, atravessar um túnel em direção à luz, coordenar o equilíbrio, sentir as diversas alturas e ângulos e criar hipóteses de caminhos colabora na distinção de medo e coragem e na autoconfiança.



SALTAR E EQUILIBRAR

Pular um galho, um buraco, uma poça, caminhar sobre madeiras, subir e descer elevações e experimentar solos irregulares colabora em habilidades fundamentais como andar, correr e saltar.



SENTIR E EXPLORAR

Areia, pedras, água, folhas, texturas, cheiros e sons... A natureza estimula brincadeiras construtivas e de faz-de-conta e colabora no desenvolvimento da imaginação, criatividade e sociabilidade.



SIMULAR, IMAGINAR, CRIAR

Barro, folhas, flores e frutos colhidos podem se transformar em uma refeição. Já folhas, cipós e elementos não estruturados (peças soltas) se tornam uma cabana. Simular os acontecimentos do cotidiano é parte essencial do brincar. Os diferentes modos de fazer, viver e criar colaboram para ampliação de repertório e da valorização das culturas em sua relação com o mundo natural.



Criança brinca no parque naturalizado da Praça Horácio Sabino, em São Paulo.
Foto: Renata Ursaia / Acervo: Instituto Alana.

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DA COMUNIDADE

A participação das crianças e da comunidade pode se dar em distintas fases da implementação de um parque naturalizado. Para que isso ocorra de forma qualificada, é importante aprofundar uma investigação do entorno, suas características, os equipamentos educacionais, sociais e culturais que o circundam, assim como os saberes locais (o modo de ser e viver) da comunidade que irá usufruir do espaço naturalizado. Busque atuar em rede, em parceria com equipamentos públicos educativos e sociais que atendem diretamente crianças e adolescentes e, assim, embasar um processo de participação que seja personalizado para o território.

A participação social das crianças e da comunidade está prevista em diversos instrumentos de planejamento nos municípios, inclusive no marco legal da primeira infância.

Caso a opção de implementação do parque naturalizado em seu município seja realizada via contratação de empresa especializada, exija a realização do processo participativo, fazendo essa recomendação no processo licitatório.

Para realização de um processo participativo consistente, leve em conta os seguintes pontos:

PARTICIPANTES

Privilegie um público diverso! Defina as prioridades do processo de participação e esteja aberto sempre a receber novos integrantes, nunca os restringindo. Faça parcerias com escolas, equipamentos de promoção social e de saúde, bem como com associações de bairro e organizações comunitárias, pois elas poderão colaborar no acesso ao público local. Quanto aos adultos da comunidade, priorize os cuidadores responsáveis por crianças.

SAIBA MAIS

Veja alguns materiais de referência para auxiliar no planejamento e na condução de processos participativos e de escuta de crianças:

“Formação autoinstrucional sobre participação infantil na construção de políticas públicas” da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG.

ENGAJAMENTO

Em parceria com os equipamentos e organizações locais, busque compreender o melhor modo de envolvimento dos participantes. Procure fazer dos momentos participativos um espaço de conversas francas, cuidado, acolhimento, vínculo e de legitimação das questões comunitárias. Esteja sempre junto às lideranças locais e as convide a se tornarem interlocutoras dos benefícios da implementação dos parques naturalizados. Ludicidade, diversão e resgate das memórias também são fundamentais para o engajamento.

ROTEIROS E PAUTAS

Estruture o processo participativo de forma prática, mão na massa, em contato com a natureza e também o considerando formativo. Lembre-se que estamos tratando de um conceito inovador que precisa ser apresentado e vivenciado pelos participantes. Elaborar roteiros e

pautas é importante como guia de reuniões e encontros, para que esses momentos sejam cuidadosos, afetuosos e efetivos, que tragam conteúdos e também espaço de escuta atenta das demandas e do que poderá ser realizado no parque naturalizado.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Não deixe de sistematizar os produtos e resultados de todos os encontros de participação, sejam eles vídeos, áudios, desenhos, fotos ou relatos. Serão insumos importantes para o desenvolvimento do projeto.

COMUNICAÇÃO

Mantenha comunicação constante com o grupo de participação, posicionando-o sobre os cronogramas e outras definições, apresente as sistematizações dos encontros anteriores e os convide para participar sempre que possível. Aten-

SAIBA MAIS

Sumários executivos “Por um método de escuta sensível” e “Escuta de crianças sobre a natureza e as mudanças climáticas”, elaborados pelo Instituto Alana, com apoio da Fundação Van Leer.

Caderno de metodologias participativas do CECIP “Vamos ouvir crianças?”

te-se aos formatos e meios de comunicar, aos horários e locais dos encontros e, sobretudo, às linguagens pertinentes a cada faixa etária e grupo social.

Atividade de desenho com comitê da infância sobre o espaço do futuro Parque Naturalizado Japy em Jundiaí.
Foto: João Sal / Acervo: Instituto Alana.



ESPECIFICIDADES DA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

As crianças têm seu direito à participação garantido pela Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente da ONU e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É preciso estar atento para não promover processos “adultocêntricos” de participação. A participação das crianças requer aspectos éticos e metodológicos. Considere como as crianças se expressam, crie jogos, brincadeiras, maquetes, circuitos de caminhada, aprenda sobre a vida das crianças e esteja atento à forma como vivenciam os espaços de brincar. Escutar as crianças vai muito além de ouvir suas expressões verbais, esteja aberto e atento às

sutilezas e seja cuidadoso com as interpretações.

Destaca-se que o Marco Legal da Primeira Infância apresenta, em seu artigo quarto, as seguintes recomendações: *“A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.”*

ESPECIFICIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Estruture esses momentos considerando o melhor horário de participação para cada comunidade. Nem sempre serão possíveis encontros longos, de muitas horas. Considere afixar um cartaz ou mapa interativo na entrada dos equipamentos sociais, de educação, e saúde para apresentar as principais questões da comunidade. Traga diversos materiais, solicite desenhos ou maquetes de onde brincavam, como era a infância, resgate os laços e sensibilize os adultos para a importância do brincar com e na natureza. Tenha as crianças e a comunidade como aliados, convide-os a estar presentes em todas as etapas possíveis e, com as informações que eles derem, faça as adequações técnicas necessárias no projeto.


SAIBA MAIS

Veja o guia de “Como promover iniciativas públicas mais efetivas a partir da participação social”, do programa Copi-Cola da Prefeitura de São Paulo, e a cartilha “Escuta como participação política”, produzida pelo CECIP e Fundação Van Leer no Brasil.

BOAS PRÁTICAS

O protagonismo das crianças é um elemento muito valorizado pela administração municipal de **Jundiaí/SP**. Um dos objetivos da “Política da Criança na Cidade”, prevista no Plano Diretor do município, é *“ampliar os canais de escuta da criança e considerar as manifestações infantis nos planos e projetos a serem realizados pelo poder público”*. Nesse sentido, a cidade estabeleceu um comitê permanente constituído por crianças, que é regularmente consultado e acionado para participar, ativamente, de decisões sobre projetos e intervenções que as afetam diretamente.

Foi assim no processo de concepção e implantação do primeiro parque infantil naturalizado da cidade, no qual as crianças do comitê foram envolvidas desde o princípio. A partir de uma introdução sobre o conceito de parques naturalizados, elas foram estimuladas a pesquisar e pensar quais elementos poderiam compor esse espaço. Num segundo momento, foi realizado um encontro no local da intervenção onde o grupo desenhou propostas concretas para o parque. Já no momento da execução, as crianças participaram com a mão na massa, realizando pintura com tintas naturais e desenvolvendo um jardim de esculturas.



Para a criação do segundo parque, localizado próximo a uma unidade escolar, as alunas e os alunos foram convidados a participar de atividades no terreno onde o parque seria instalado. A equipe da prefeitura aproveitou esses momentos para realizar uma “escuta silenciosa”, observando o comportamento e as brincadeiras dos grupos. Após apresentação da ideia do parque, as crianças foram instigadas a expressar, verbalmente e por meio de desenhos, quais seriam os seus desejos para o espaço e suas preferências de brinquedos e brincadeiras. Durante a fase de construção, as crianças voltaram a visitar o local para acompanhar o desenvolvimento da obra e participar do plantio da horta comunitária, que surgiu a partir do processo de escuta, e cuja conservação e rega é realizada, também, pelos alunos e seus cuidadores, em escala de revezamento.

Atividade de desenho com comitê da infância sobre o espaço do futuro Parque Naturalizado Japy em Jundiaí. Foto: João Sal / Acervo: Instituto Alana.



O QUE VOCÊ DEVE CONSIDERAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Antes de iniciar o desenho de projeto, considere as etapas de reconhecimento das condições locais, assim será possível garantir um melhor aproveitamento da área, valorizando a interação criança-natureza.

INTENCIONALIDADE

É preciso estar ciente dos reais objetivos da implementação do parque naturalizado e das aprendizagens que ele pode gerar para as crianças. É essa intenção que dá sentido a toda ação, fala, decisão, organização do espaço e do projeto. Coordenadores, projetistas, desenhistas e implementadores precisam imbuir-se de intencionalidade para que o projeto tenha as crianças e a natureza no centro de toda decisão. Tal intencionalidade nasce do processo formativo e do processo participativo, e se estende por todo o percurso.

SAIBA MAIS

Veja aqui materiais que podem colaborar no desenvolvimento da intencionalidade do projeto a partir da cultura das infâncias: a [pesquisa “Território do Brincar”](#), o [mini-documentário “Miradas”](#), o [livro “Plantas Brincantes”](#), o [livro digital “Jardim das Brincadeiras”](#) e o [livro “Quintais Brincantes”](#).

ZONEAMENTO

Nesse momento, é importante mapear as potencialidades de cada área do parque para produzir um zoneamento para as diferentes faixas etárias, espaços para os cuidadores, locais onde o brincar é mais ativo e locais onde ocorrerão atividades mais imaginativas e introspectivas.

ERGONOMIA

Para o desenho dos brinquedos, também considere um estudo sobre ergonomia infantil, levando em conta as medidas das crianças nas fases da primeira infância: de zero a 3 anos e de 4 a 6 anos.

PROCESSO PARTICIPATIVO

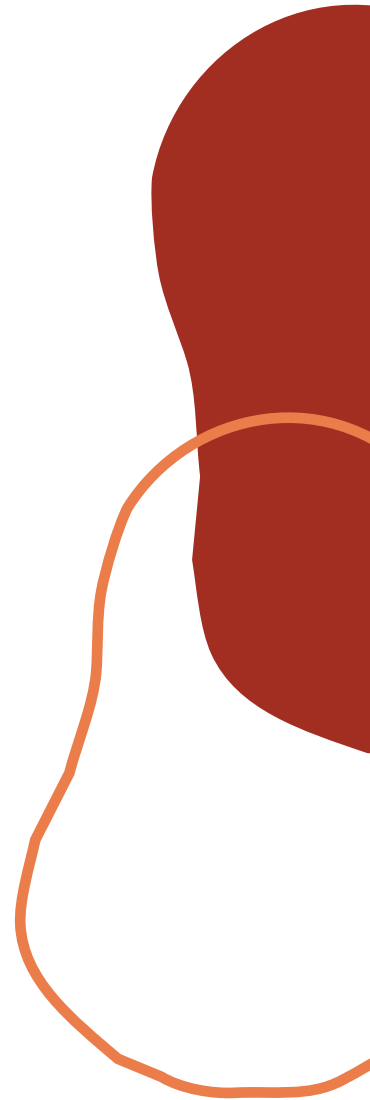
Os elementos projetuais devem ser articulados com as questões trazidas pelo processo participativo, para que seja possível um desenho que responda às necessidades locais e garanta o acesso qualificado ao brincar na natureza.

PRÉ-EXISTÊNCIAS

Considere o que existe no local. Se é um parque infantil tradicional, mantenha alguns brinquedos; se existe um córrego d'água, priorize-o; se há vegetação, espaços de descanso, um tanque de areia, um monumento, estude em como agregá-los ao projeto. Outro ponto importante é analisar a incidência de sol e sombra, compreendendo os locais onde se fazem necessárias estruturas de sombreamento.

TOPOGRAFIA E PAISAGISMO

Trabalhe com a natureza e não contra ela, pense na topografia como uma aliada do brincar, afinal, escorregar e subir são elementos importantes para as infâncias. Mapeie as espécies de vegetação existentes, as alturas e diâmetros de copas de árvores, a existência de arbustivas e rasteiras, assim como possíveis pedras naturais do terreno.

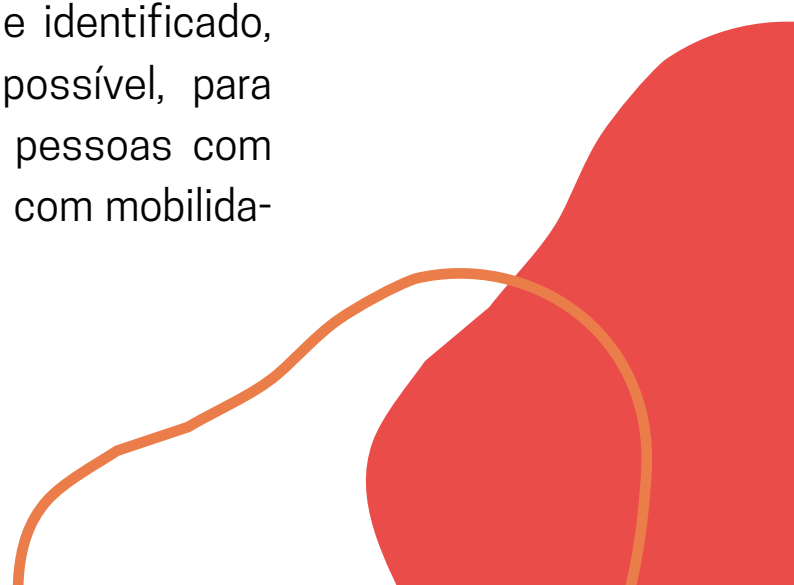


FLUXO

Analise os principais fluxos já existentes e utilize-os como parte do projeto. Os caminhos podem ser estabelecidos com múltiplas larguras, desenhos, paginações, formas e podem ser demarcados com diferentes materiais, como troncos, galhos ou pedras. A fruição entre brinquedos e mobiliários pode criar caminhos que estimulem o brincar. Tenha sempre um caminho acessível que percorra todo o projeto, articulado com caminhos secundários compostos por pisos e texturas variadas.

ACESSIBILIDADE

Considere em todo o projeto a Lei Federal 10.098 de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei estabelece que no mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existente deve ser adaptado e identificado, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.



CONFORTO TÉRMICO

Pense que os parques naturalizados colaboram para o microclima local. Para isso, o projeto deve prever conforto térmico por meio da arborização com vegetação local, permeabilidade do solo com diversidade de acabamentos (pedras, areia, madeiras, gramados) e, se possível, locais com água.

DICAS

Para valorizar e potencializar o parque naturalizado é possível conectá-lo com estruturas e programas já existentes no município. Ex.: banco de sementes de plantas nativas, ações do Plano da Primeira Infância, qualificação de áreas de manancial, programas de educação ambiental etc.

RECURSOS DE PODA

Considere usar materiais oriundos da poda do município para a construção de mobiliários, brinquedos, peças soltas e barreiras para as bordas. Verifique quais poderiam ser os caminhos no seu município, por exemplo, por meio de hortos florestais ou de locais de destinação de poda. Os profissionais que atuam nessa área podem ser grandes aliados na criação dos elementos naturais dos parques. A instalação de um fluxo de reutilização de resíduos de poda é uma prática sustentável e pode estimular a economia circular.

DICAS

O PodaLab é uma iniciativa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo originária do Programa USP Municípios, Desafio USP. Nele você encontra instruções de como inventariar sua poda, identificar as espécies e os usos indicados para cada uma delas. Além disso, é possível acessar uma rede que atua com recursos de poda para diversos usos.



Almerindo Santana, carpinteiro da Prefeitura de Mogi das Cruzes, produzindo um brinquedo com madeira de poda no Parque Naturalizado Natú. Foto: Ligia Lanna / Acervo: Instituto Alana.

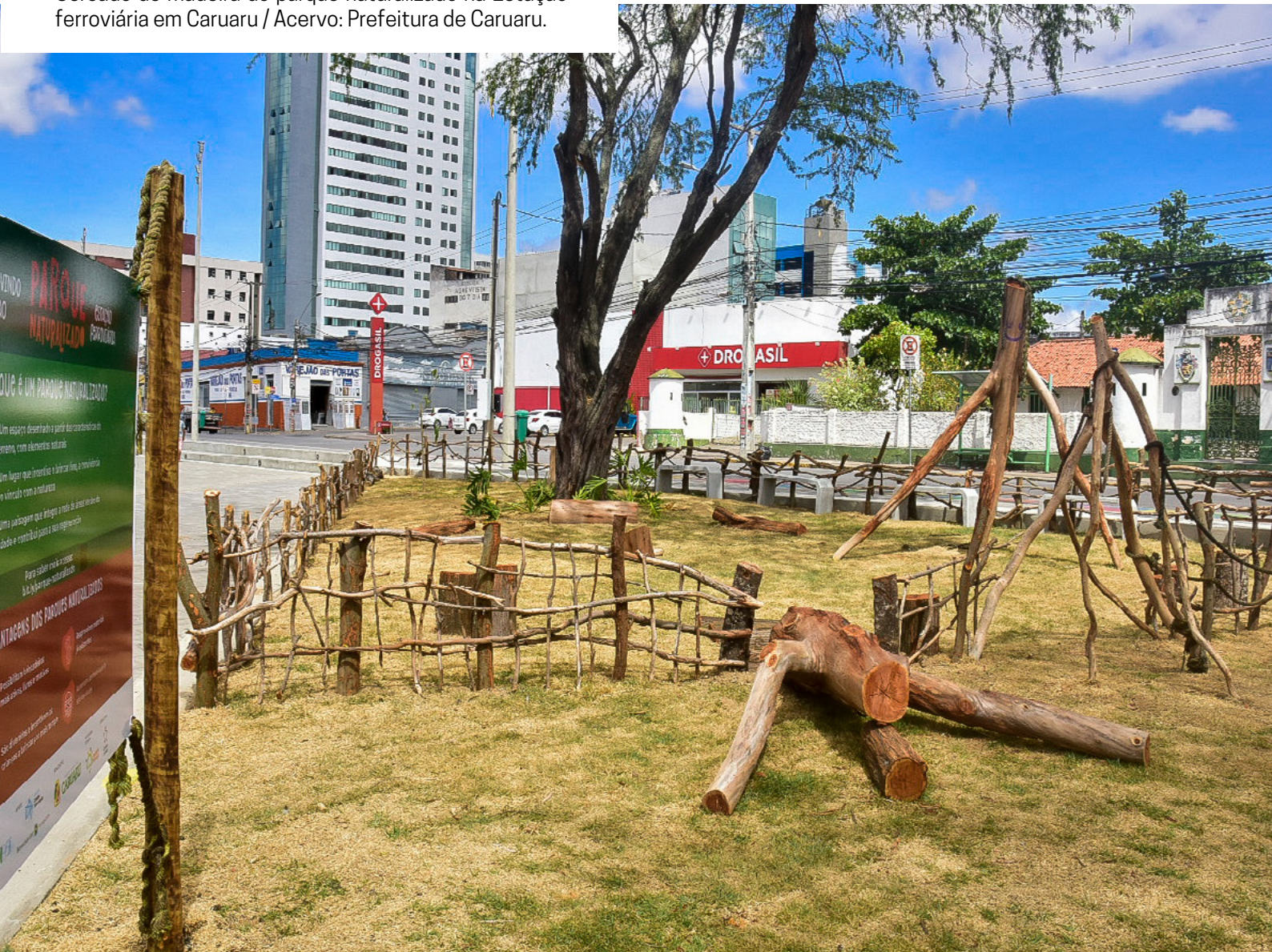
ELEMENTOS DE PROJETO

A partir das análises do espaço realizadas na etapa anterior, escolha os elementos de projeto mais adequados para atingir as potencialidades de cada região do parque. Leve em conta os elementos projetuais possíveis dentro de sua realidade. É fundamental pensar nas relações entre os elementos projetuais, como em um ecossistema. A ênfase deve ser nas interações que as crianças e os demais usuários estabelecerão com a paisagem e entre si.

1. BORDAS (CERCADOS)

Cuide para que proporcione segurança aos usuários e que os cuidadores possam ter suas crianças no campo de visão. Para isso, lance mão de recursos paisagísticos como cercas vivas e vegetação para criação de barreiras que protejam de vias de fluxo de carros, por exemplo, ou para criar espaços com mais controle dentro de um parque maior.

Cercado de madeira do parque naturalizado na Estação ferroviária em Caruaru / Acervo: Prefeitura de Caruaru.



2. SINALIZAÇÃO

Como os parques naturalizados ainda são pouco conhecidos pelo público brasileiro, faz sentido planejar um portal e/ou placa que indique a entrada, um mapa e sugestões sobre o uso. É importante que a sinalização considere as alturas das crianças. Sinalize os locais importantes e brinquedos menos convencionais para que todos possam se familiarizar com o que está sendo proposto. Crie percursos e também invista em um mapa lúdico que explique quais os equipamentos existentes. Dê preferência a placas de sinalização de madeira pintadas com tinta a óleo ou com metal impresso, que atendam aos requisitos de legibilidade funcional e às exigências de acessibilidade, como a sinalização em braille para pessoas com deficiência visual. Essas estruturas devem estar à altura dos olhos das crianças, para que mesmo as pequenas possam acessar as informações e se sentir protagonistas no espaço a ser explorado.

DICAS

Veja [aqui](#) modelos de sinalização já utilizados em outros parques naturalizados. É possível imprimi-los ou adaptá-los conforme necessidade.



Criança lê placa do Parque Naturalizado Japy em Jundiáí.
Foto: André Albuquerque / Acervo: Ateliê Navio.

3. MOBILIÁRIO PARA DESCANSAR

Busque instalar mobiliários que possam estimular o brincar e que também sirvam de apoio aos cuidadores e promovam interações sociais. Bancos, áreas sombreadas, locais de encontro, piqueniques e mesas para atividades podem colaborar para que o espaço seja agradável a todas e todos.

Banco de madeira instalado no Jardim das Brincadeiras no Sesc Interlagos em São Paulo. Foto: Guilherme Blauth / Acervo pessoal.



4. ELEMENTOS DO BRINCAR

Parte essencial dos parques naturalizados, os brinquedos podem ser criados pela própria equipe considerando os estímulos importantes às infâncias e os recursos disponíveis. Uma possibilidade é estruturar os brinquedos no espaço em formato de circuito, não hierarquizando, mas permitindo à criança descobrir novas oportunidades de brincar. Combinar os elementos de brincar naturalizados com brinquedos tradicionais pode contribuir para atrair as famílias para o parque.

SAIBA MAIS

Veja [O Guia de Brinquedos e Mobiliários do Alana](#) que oferece inspirações e o passo a passo para execução e manutenção.



Trepa-tronco instalado no Parque Naturalizado Lindaura Severina em Caruaru. Foto: Felipe Corrêa / Acervo: Instituto Alana.

5. AMORTECIMENTO DE IMPACTOS

Para atenuar o impacto de uma queda em brinquedos a partir de alturas de 1 a 3 m, a norma especifica camadas de materiais para amortecimento. Os mais utilizados são a areia e a casca de pinus (cavaco). Esses materiais devem ser dispostos em camadas de espessura de aproximadamente 30 cm, por sua vez dispostos sobre camada de material drenante, como brita tipo 2. Para separar as camadas, sugere-se dispor entre elas uma manta drenante, que impedirá que os materiais se misturem, assegurando assim a eficiência da drenagem.



Piso gramado e coberto por casca de árvores e folhas ao redor de trepa-tronco para amortecer quedas, no Parque Naturalizado do Pq. Jardim Helena em São Paulo. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.

6. PAGINAÇÃO DE PISO COM ELEMENTOS NATURAIS

Opte por diferentes materiais, terra batida, lajotas, placas de cimento, sempre considerando pisos menos derrapantes. Para a acessibilidade, considere pisos duros que permitam o deslocamento de carrinhos de bebê, pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes. Leve em conta também outros materiais, mais orgânicos, e que promovam contrastes e investigações sensoriais distintas. O cavaco de madeira (pedaços pequenos resultantes de trituração) ou as cascas de árvores são excelentes materiais para a formação das trilhas e evitam o excesso de lama nos caminhos. Triturados de folhas também cumprem esse papel, embora se decomponham com maior velocidade. “Bolachas” de madeira, que traçam um caminho, também podem ser dispostas e formar um jogo como a amarelinha. Considere também criar caminhos com areia, material muito agradável para pés descalços, assim como pedriscos ou seixos rolados de formas, cores e tamanhos diferentes. Inspeccione o material que for espalhar no piso para conferir se não há perigos desnecessários, como galhos pontiagudos ou madeira com farpas. Os caminhos

podem ter um revestimento diferente, possibilitando que um simples passeio pelo parque ofereça experiências sensoriais variadas, especialmente interessantes para as crianças.

Voluntários espalham diferentes coberturas de piso na construção do Microparque José Leon. Foto: Tibico Brasil / Acervo: Instituto Alana.



7. PEÇAS SOLTAS

Recomenda-se usar na composição do parque naturalizado brinquedos mais permanentes associados aos mais efêmeros. Troncos, tocos, galhos, folhas, flores, sementes... as peças naturais soltas da natureza são muito estimulantes para brincar, pois permitem construções, jogos, encenações, explorações e pesquisas.

Crianças brincam com elementos naturais e peças soltas de madeira e bambu, na cozinha da floresta do Parque Naturalizado do Pq. Jardim Helena em São Paulo. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.



8. VEGETAÇÃO

Invista em espécies nativas e locais, e estude quais possíveis efeitos no espaço essa vegetação pode causar: barreira, sombra, troncos para subir, tipo de raiz, entre outros. Também é possível pensar em “jardins de cheiros” com ervas, temperos, chás e em espécies com variedades de floração. Deve-se tomar cuidado com o uso de plantas tóxicas.

SAIBA MAIS

Veja o [Guia de Plantas Tóxicas da Fiocruz](#) para auxiliar suas escolhas.

Sala de aula ao ar livre no Parque Naturalizado Pq. Jardim Helena, em São Paulo. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.



9. ELEMENTOS NATURAIS

Traga ao projeto caixas de areia, jardins, jardins de chuva, hortas e compostagem, microflorestas, água, barro, sementes, pedras, plantio de árvores com potencial ecológico e lúdico, hotel de insetos, meliponário, viveiros, telescópios.

SAIBA MAIS

Veja no livro dos Parques Naturalizados, na [página 71](#), a lista com as árvores com potencial ecológico e lúdico.

Percurso de brinquedos de troncos no Parque Naturalizado do Pq. Jardim Helena. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.



10. USO DA ÁGUA

Os ambientes aquáticos oferecem um potencial de interação riquíssimo, adicionam uma dimensão estética às brincadeiras e ao aprendizado na natureza e são muito valorizados pelas crianças. A água pode ser derramada, canalizada, espargida, represada. Pode ser misturada com areia, barro e vegetação. Fornece uma ampla paleta de possibilidades de misturas para as crianças usarem em seus próprios mundos imaginários. Caminhos de água esculpidos na madeira, ou à base de bambu, fontes, bombas manuais, chuveirões, espelhos d'água ou, ainda, pequenas lagoas são possibilidades para trazer a água de forma controlada para os parques.



Criança brinca com água em tronco usado como caminho d'água no Parque Naturalizado do Pq. Jardim Helena em São Paulo. Foto: Rinaldo Martinucci / Acervo: Instituto Alana.

11. MOBILIÁRIO MISTO COM BRINQUEDOS TRADICIONAIS

Combinar os mobiliários de brincar naturalizado com brinquedos tradicionais - como gangorra, balanço, gira-gira, entre outros - pode contribuir para atrair as famílias para o parque. Sua linguagem familiar pode ajudá-las a compreender que se trata de um espaço de brincar, voltado para as crianças.

Brinquedo de casinha comondo circuito com com trave de equilíbrio. Misturar elementos convencionais aos naturalizados colabora com o entendimento da população sobre um novo modelo de espaço de brincar / Acervo: Prefeitura de Jundiá.



12. ELEMENTOS DA CULTURA LOCAL

Elementos escultóricos, pinturas, móveis e outras peças artesanais produzidas por artistas e artesãos locais são elementos interessantes, principalmente se feitos de madeira, barro, tinta à base de terra ou outros materiais naturais.

Escultura brincante criada pelo Mestre Zé Bezerra do Vale do Catimbau no Parque Naturalizado em Caruaru. Incluir referências da cultura local valoriza os artistas e reforça a sensação de pertencimento da comunidade. Foto: Felipe Corrêa / Acervo: Instituto Alana.

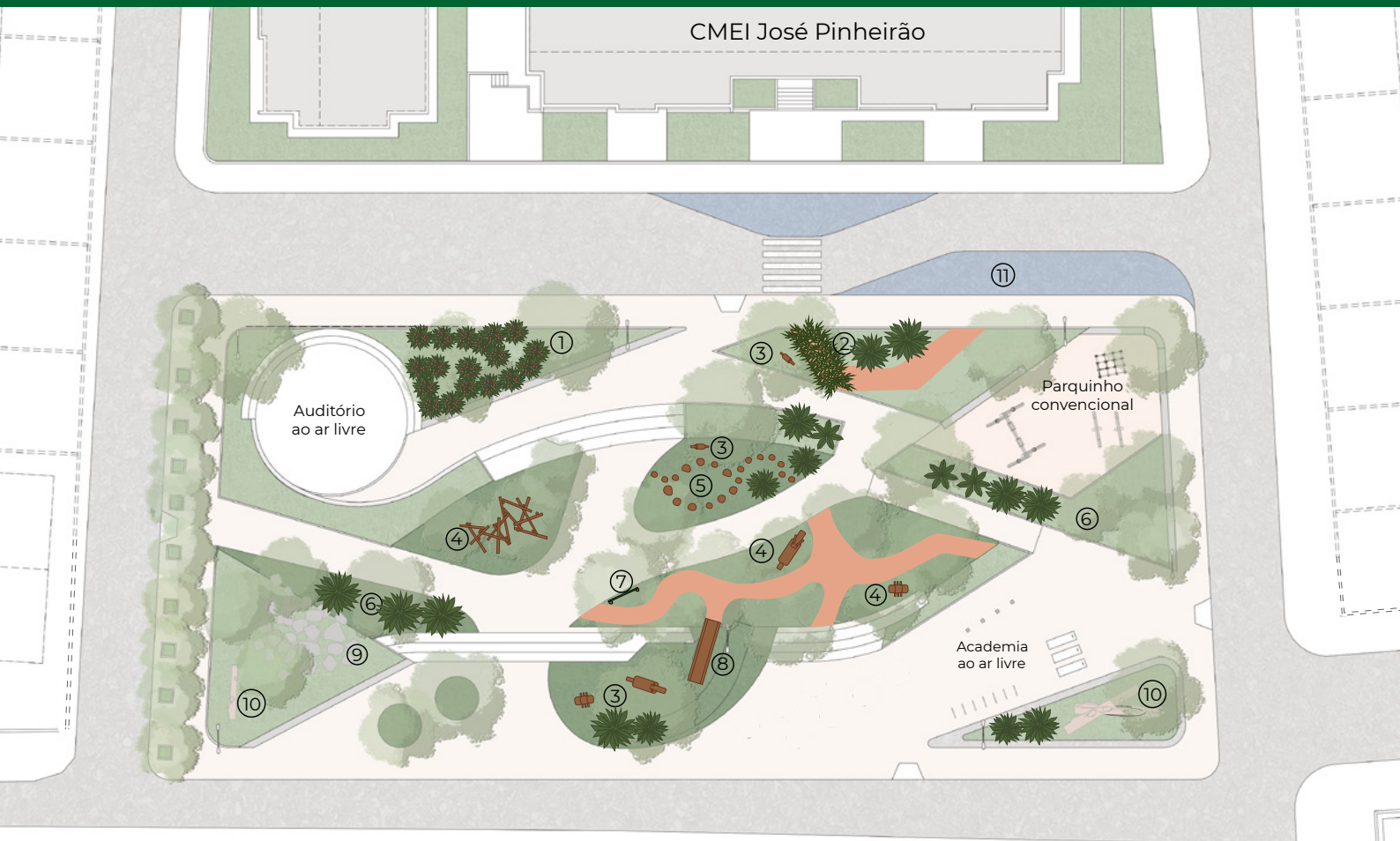


BOAS PRÁTICAS

No município de **Caruaru/PE** a incorporação de elementos, materiais e manifestações da cultura local é um aspecto fundamental dos parques infantis naturalizados. Tanto a equipe própria da prefeitura quanto a equipe contratada para a execução dos parques estão atentas para sempre trazer esses elementos aos espaços, muitas vezes específicos de um bairro. Nesse sentido, foram incorporadas esculturas de um conhecido artesão da região, Zé Bezerra, que esculpe animais do sertão em madeira “morta” disponível no semiárido pernambucano. O trabalho do artista serve, também, de inspiração para os brinquedos e mobiliários criados pelas equipes envolvidas na iniciativa, em cuja construção é priorizado o uso de uma madeira local.

PARQUE NATURALIZADO DA PRAÇA LINDAURA SEVERINA

CARUARU - PE | DESENHO: LIGIA DUARTE LANNA E ESTÚDIO +1



LEGENDA

1. Labirinto vivo

Composto por arbustivas com cores vivas

2. Túnel vivo

Dimensionado para primeira infância, é coberto por folhas secas de palmeira enquanto as trepadeiras crescem sobre a estrutura

3. Esculturas brincantes

Confeccionadas pelo mestre Zé Bezerra e pelo artesão Luiz Benício, ambos residentes do Vale do Catimbau

4. Tropa-troncos

Brinquedo de escalada, composto por troncos de diversos tamanhos e alturas

5. Tropa-tocos

Tocos enterrados, compondo percurso de desafios, também conformando espaço circular, possível espaço de encontros

6. Canteiro com jardim

Composto por espécies nativas e com o propósito de fornecer mais espaços de sombra na praça

7. Placa de sinalização

A sinalização é importante para apresentar aos usuários o conceito de parque naturalizado e seus benefícios.

8. Escorregador no desnível

Escorregador posicionado no desnível já existente na praça

9. Pedras para escalar

Em alguns casos já fazem parte da paisagem local. Podem ser incorporadas na paisagem brincante se receberem um tratamento adequado de remoção de quinas afiadas ou superfícies muito ásperas.

10. Tronco grande - brinquedão

Grandes troncos e galhos de árvores posicionados no chão, como brinquedões escaláveis ou bancos

11. Projeto de requalificação viária

Alargamento de calçada e redução de velocidade

CONSELHOS SOBRE MATERIAIS

Em um parque naturalizado deve-se priorizar os elementos da natureza que sejam locais e já estejam disponíveis. Algumas vezes são necessárias intervenções mais técnicas, e nesse caso conte sempre com a ajuda de profissionais especialistas.

MADEIRAS

Existem variedades diferentes de madeira em todo o território brasileiro, e todas as madeiras possuem propriedades diferentes, como flexibilidade, rigidez, empenamento, potencial para causar lascas etc. Para o desenvolvimento dos brinquedos e mobiliários, é importante avaliar se a madeira definida é dura ou macia. Ambos os tipos têm seus usos, mas geralmente a madeira dura será menos suscetível ao apodrecimento e aos cupins. Troncos mais largos tendem a ter maior durabilidade e também é recomendável a aplicação de uma substância impregnante, como o stain, porque conserva a madeira, mantendo sua porosidade.

BAMBU

O bambu é um ótimo aliado dos parques naturalizados. No entanto, precisa de tratamento específico como queimada e impermeabilização com resina de mamona, para adquirir maior resistência e durabilidade ao longo do tempo. A colheita de varas maduras (com musgos, porém ainda verdes) contribui para a saúde do bambuzal e fornece matéria-prima muito versátil e orgânica para estacas, brinquedos e estruturas.

SAIBA MAIS

Veja neste artigo [um guia para iniciar um projeto de construção em bambu](#).



Criança escala pirâmide de bambu, no Parque Naturalizado Japy em Jundiá. Foto: André Albuquerque / Acervo: Ateliê Navio.

AÇO (CORRENTES, PARAFUSOS, PREGOS, CABOS)

É importante saber a real necessidade dos aços, para que a escolha considere a resistência, a durabilidade e a flexibilidade necessárias. Tenha cuidado com itens de baixa qualidade, como correntes dobradas e soldadas a mão, correntes, cavilhas ou parafusos de aço não temperado, cabos de aço com núcleo não de aço. Quanto aos cabos, em alguns casos podem ser substituídos por cordas, mas é importante realizar testes de resistência.

CORDAS

Há de se tomar muito cuidado com as cordas, especialmente em áreas de maior desgaste. Fricção em outros elementos, exposição ao sol e à chuva podem levar cordas a apodrecerem. No entanto, por serem um material de baixo custo, podem ser substituídas regularmente. Use sempre reforços e duas cordas do mesmo comprimento para uma conexão, assim evita-se quedas ou ferimentos.

PEDRAS

As pedras também são recursos de grande versatilidade lúdica. Pedras grandes podem ser escaladas e servem para se esconder. Pedras delimitam espaços, podem decorar ou demarcar canteiros de plantas. Pedrinhas podem compor a forração de pisos de terra. Por sua infinita diversidade de formas e tipos, pedrinhas podem ser coletadas e colecionadas. Aproveitem as pedras do próprio terreno, caso existam.

Pedras já existentes no terreno foram aproveitadas para o brincar e para identidade da paisagem associada ao ecossistema do agreste nordestino. Morro do Bom Jesus em Caruaru. Foto: Pedro Carranca / Acervo Instituto Alana.



AREIA

Devido à sua maciez e versatilidade, a areia é um dos materiais lúdicos que trazem inúmeros benefícios às crianças. Por isso, é importante que a areia tenha características e qualidades para o brincar, como causar sensação boa ao passar pelas mãos e afundar os pés, ser misturada com água e moldada em diferentes formatos, permanecer macia e maleável ao longo do tempo, não produzir grandes quantidades de poeira. Na escolha, cuide para que a areia não seja abrasiva ao toque, perigosa para crianças inalarem ou com partículas cortantes. Para instalação de tanques de areia, estruture uma área com pelo menos 60 cm de profundidade e boa drenagem. Além disso, opte por realizar os tanques de areia em locais com incidência de sol. Os tanques de areia devem contar com uma cobertura plástica quando não estiverem sendo usados pelas crianças, para manter a areia limpa de dejetos de animais, como gatos e cães.

Explore diversas materialidades e principalmente o que a natureza oferece, tome os cuidados e consulte especialistas se necessário. Seja criativo e capaz de aproveitar ao máximo elementos já disponíveis na área de implementação e na região.

Escorregador que leva à caixa de areia no Parque Naturalizado do Jardim Guanabara, em Jundiaí, implantado de forma autônoma pela prefeitura / Acervo: Prefeitura de Jundiaí.



RISCOS BONS E RISCOS RUINS

Toda área de brincar está propensa a riscos. É natural que crianças em suas diversas fases da vida apresentem arranhões e alguns machucados, que são consequências do desenvolvimento e de aprendizagens. Por isso, na criação de um projeto de parque naturalizado, é necessário ater-se aos riscos bons e aos ruins (perigos).

Oferecer às crianças a oportunidade de vivenciar riscos não é descuidar da sua segurança e bem-estar. Ao se projetar um parque naturalizado, deve-se buscar alcançar dois objetivos simultaneamente: oferecer às crianças e aos jovens oportunidades de brincadeiras desafiadoras, emocionantes e envolventes, e garantir que não fiquem expostos a riscos

ruins (perigos) cujas consequências são inaceitáveis.

Os **riscos bons** são aqueles nos quais a criança se engaja por livre escolha e consegue dimensionar as consequências e lidar com elas. Estão presentes em atividades e brinquedos desafiadores que oportunizam aprendizagem e desenvolvimento. Essas atividades geralmente envolvem movimentos complicados, agilidade e equilíbrio.

Estar expostas a riscos bons permite que as crianças desenvolvam características humanas essenciais, como a curiosidade, a habilidade física, a autoconfiança, a resiliência e a criatividade.

Riscos ruins (perigos) podem gerar ferimentos graves e não favorecem a ludicidade do espaço. Para minimizá-los, é imprescindível precaver os brinquedos e mobiliários de risco de queda de alturas excessivas e sobre pisos duros, bordas afiadas, saliências e estacas, do risco de esmagamento de pés e dedos, do aprisionamento de roupas e partes do corpo.

No Brasil, contamos com as normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas -para parquinhos, que apesar de não serem regra obrigatória oferecem diretrizes para tornar os equipamentos mais seguros e aumentar sua vida útil.

SAIBA MAIS

Veja aqui um [vídeo](#) sobre a importância para o desenvolvimento da criança aprender a correr – e avaliar – riscos para tornar-se um adulto resiliente e capaz de explorar o mundo em vez de temê-lo.

Veja as [recomendações da ABNT para parquinhos e playgrounds](#).

ETAPA 3 - EXECUÇÃO

Com o projeto detalhado feito, é hora de colocar a mão na massa. A escolha da mão de obra é fundamental, e um processo formativo com trabalhadores, sobre conceito e importância dos parques naturalizados, também.

PREPARAÇÃO DO TERRENO

Uma vez definido o local (ver item escolha dos locais, [página 51](#)) e compreendidas suas características para o desenho do parque naturalizado, considerando os elementos projetuais, é hora de prepará-lo para a construção.

Limpeza é fundamental: remova lixo ou detritos, tarefa que pode ser feita por equipes especializadas da prefeitura e por um mutirão da comunidade. Caso a área já seja um espaço de brincar, verifique se os brinquedos existentes estão em bom estado e se algum precisará ser removido.

Investigue também se há espécies invasoras e as remova de forma escalonada, para que gradualmente o terreno seja re-vegetado por outras mais indicadas.

Atente a focos de animais peçonhentos e, junto com profissionais qualificados, remova-os.

Ao preparar o terreno, o parque naturalizado irá tomando forma e chamará atenção da comunidade local. Este é um bom momento para sensibilizar a população e as crianças, por isso não perca essa oportunidade e mantenha as equipes locais informadas sobre os conceitos e as transformações que ocorrerão no espaço.

DICAS

Visualizar o terreno antes do início da construção com as crianças e a comunidade pode ser uma ótima atividade para o processo participativo. Registre esse momento para compará-lo com outros momentos no futuro.

Construção do Parque Naturalizado Flávio Palmier em desenvolvimento, em Niterói. Foto: João Laet / Acervo: Instituto Alana.



GESTÃO DA CONSTRUÇÃO

A gestão da construção dependerá do arranjo de contratação e implementação que a prefeitura empregará. No entanto, em qualquer dos arranjos definidos, é importante que o município tenha autonomia para acompanhar e monitorar o projeto durante a construção.

A construção pode ocorrer em etapas, possibilitando à comunidade local ter contato pouco a pouco com o parque naturalizado. Cuidado especial com os perigos durante esta fase.

Caso a construção se dê via empresa contratada por licitação, garanta que no processo licitatório haja previsão de monitoramento de qualidade e de formação dos trabalhadores por parte da prefeitura.

Os momentos de formação com a equipe de construção (local ou contratada) nesta etapa são valiosos por promoverem o engajamento e o conhecimento sobre o conceito dos parques naturalizados, e incentivar a criação de novos elementos do brincar. Se a obra for ocorrer com equipe própria da prefeitura, é importante que haja um gestor encarregado para concentrar as demandas e acompanhar desde o projeto até a obra. Em qualquer um dos casos de contratação para construção, é fundamental que os técnicos responsáveis tenham uma constância de visitas técnicas, que zelem pelo desenho do projeto, e que também possam estar atentos às necessidades de improviso.

BOAS PRÁTICAS

Na cidade de **Sobral/CE** os parques naturalizados são idealizados, projetados e executados por servidores da prefeitura. Desde a implantação do primeiro parque-piloto, a equipe gestora, que coordena a implementação dos parques, realizou uma sensibilização e capacitou os servidores envolvidos no projeto. Logo percebeu a apropriação e internalização do conceito dos parques naturalizados pelas equipes, o que desencadeou um processo criativo em diferentes áreas da administração municipal. Tanto profissionais técnicos, como arquitetos e projetistas, quanto servidores operacionais das áreas de jardinagem e manutenção passaram a trazer ideias e fazer propostas para a criação de novos elementos e espaços naturalizados na cidade.

Criações realizadas pelas crianças e comunidade são bem-vindas, e ao serem instaladas podem ir criando um senso de pertencimento ainda na fase de construção (esculturas, casas para pássaros, mosaicos com elementos da natureza, painéis com desenhos).

A alteração de um espaço físico gera expectativa na comunidade do entorno e pode ser um meio de engajamento e participação. É importante estar atento a tais oportunidades.

Funcionários da Prefeitura de São Paulo descarregam caminhão com podas utilizadas no mobiliário do Parque Naturalizado Horácio Sabino. Foto: Renata Ursaia / Acervo: Instituto Alana.



INAUGURAÇÃO

Programar um evento de inauguração é uma forma de ampliar a comunicação do projeto a quem ainda não participa ou desconhece sua existência. Nesse dia podem ocorrer atividades especiais dedicadas às crianças. Articule a realização da inauguração com equipamentos públicos locais como escolas, UBSs e equipamentos sociais, crie uma programação conjunta com atividades que colaborem para que os participantes despertem o interesse pelos espaços públicos e pelo brincar livre com a natureza. Atividades como piqueniques, observação de pássaros, brincadeiras de roda, coleta de materiais da natureza e construção

de bonecos com gravetos costumam despertar entusiasmo.

O evento de inauguração do parque, além de celebrativo, pode ter como propósito a observação da interação de crianças e adultos com o espaço para futuros ajustes e mudanças de rumo. As crianças com liberdade para brincar irão demonstrar claramente quais elementos são mais atrativos e que outras possibilidades podem ser desenvolvidas.

O conselho gestor deve estar atento e tratar o evento de inauguração como parte de um processo avaliativo de observação. Aproveite a ocasião para realizar entrevistas, questionários e registros do pós-execução.




Na inauguração do Parque Naturalizado Lindaura Severina, o movimento de cultura e tradição popular do bairro - Boi Tira-teima - realizou apresentação de música e dança / Acervo: Prefeitura de Caruaru.

ETAPA 4 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

É comum que qualquer parque infantil exija conservação e manutenção, e não é diferente com o parque naturalizado, afinal idealiza-se que esse lugar esteja constantemente em uso por crianças exploradoras e curiosas. Como qualquer outro espaço com elementos da natureza, como uma horta, uma agrofloresta ou até mesmo um jardim, é necessário cuidado e atenção regular. Para garantir bom estado ao parque naturalizado, é importante distinguir conservação e manutenção.

A conservação pode ser realizada por toda e qualquer pessoa que frequente o parque, de forma individual ou em mutirões. Limpeza, pequenos reparos, a conscientização de uso dos brinquedos e mobiliários são exemplos de ações de conservação. Para uma atitude colaborativa dos usuários, é importante envolver a comunidade e as crianças, assim como as escolas e outros equipamentos públicos do entorno, no planejamento, projeto e execução, para assegurar um elevado grau de apropriação do local.



Já a manutenção deve ser realizada por representantes da gestão pública (a depender do arranjo de viabilização do parque) e é fundamental, pois vai permitir que as estruturas durem mais e permaneçam seguras. Recomenda-se verificações mensais e manutenção anual, durante as quais é bem possível que surja a necessidade de algum tipo de reparo. No entanto, a periodicidade dependerá da intensidade de uso e dos elementos projetuais contidos. É fundamental institucionalizar a rotina de manutenção e criar um instrumento de controle, que pode ser uma tabela simples, impressa ou digital.

O instrumento de apoio à manutenção deve ser constantemente analisado pelos responsáveis e/ou pelo conselho gestor, que poderá propor adequações ao uso, formato e conteúdo conforme as necessidades locais e, assim, realizar os encaminhamentos oportunos. Recomenda-se que este seja um documento compartilhado e eficaz e não apenas pro-forma, e que contenha os seguintes componentes:

CONDIÇÕES DOS BRINQUEDOS E MOBILIÁRIOS

Verificar se os troncos estão íntegros, sem nenhuma rachadura ou fissura na base em que o tronco encosta no solo. Se houver rachadura na base, o brinquedo deve ser substituído.

Verificar rachaduras para evitar aprisionamento de dedo. Se houver, elas podem ser preenchidas com resina ou cola branca misturada com serragem.

Verificar se o nível do solo ao redor do brinquedo se mantém na linha de piso demarcada durante sua instalação. Se houver alteração, o brinquedo deve ser refeito.

Verificar se as fixações de ferro (como a barra roscada ou o prego) estão expostas. Se houver pregos ou parafusos expostos, tentar bater e afundá-los na madeira. Se não for possível, desmontar o brinquedo.

Verificar se os cabos de aço estão em perfeito estado e se seus engates estão bem presos.

Conferir se as áreas de amortecimento estão desobstruídas e se o piso (areia ou grama) encontra-se em bom estado

SAIBA MAIS

Veja detalhes sobre manutenção e sua periodicidade no [Guia de Brinquedos e Mobiliários do Instituto Alana.](#)

CONDIÇÕES DOS ELEMENTOS NATURAIS

Hortas, composteiras, jardins de chuva ou de cheiros precisam de cuidados constantes, mas, embora possam ser parte da conservação realizada pela comunidade e suas crianças, é importante averiguar se necessitam de cuidados mais estruturais. Neste item também é importante verificar se há elementos a serem podados e, se houver, tente ao máximo aproveitar as podas no próprio parque, para manutenção de brinquedos e mobiliários ou para o desenvolvimento de um kit de peças soltas.

CONDIÇÕES DOS CAMINHOS E PISOS

Estes são elementos com alto fator de desgaste e certamente o uso contínuo irá gerar impactos. Atente para se o caminho acessível não está por algum motivo obstruído e cogite testes de tipos de piso mais resistentes, sem perder a diversidade de elementos naturais aos quais as crianças poderão ter acesso. Caso a área de reparo seja grande, uma medida alternativa é fechá-la até que seja recuperadas (grama, terra compactada etc.), o que promoverá também um equilíbrio entre o uso e o impacto ambiental.

BOAS PRÁTICAS

A conservação dos microparques urbanos de **Fortaleza/CE** é uma atividade atribuída aos conselhos gestores constituídos para cada espaço, compostos por moradores do entorno. **Um manual de orientações sobre os cuidados necessários com os parques**, que visa guiar a atuação dos conselhos, está sendo desenvolvido para cada um dos microparques, levando em consideração as características e particularidades de cada local. A elaboração dos manuais é de responsabilidade da empresa contratada para executar a implementação dos microparques, que também assume a manutenção das áreas durante 5 meses após a entrega.

Outra estratégia inovadora para a conservação dos microparques de Fortaleza é o projeto Juventude no Parque, que prevê a seleção, por meio de um edital, de 120 jovens entre 15 e 25 ou 35 anos (em caso de pessoas com deficiência), que se interessam em atuar na educação ambiental e na preservação dos microparques implementados. Os selecionados recebem uma ajuda de custo de R\$ 400 mensais para cumprir a carga horária de 16 horas semanais (de terça a sábado) desenvolvendo atividades como: manejo básico de estruturas e mobiliários dos micro parques; ações de

educação socioambiental e promoção da conscientização sobre uso dos espaços verdes da cidade, além de incentivar e mediar a visitação sustentável da área verde pela população. Os jovens são selecionados a partir de uma análise documental e avaliação do projeto de vida, seguido por entrevista, e são escalados para o microparque mais próximo ao seu território.



Voluntários da comunidade auxiliam na construção do Microparque Seu Zequinha em Fortaleza. Foto: Tibico Brasil / Acervo: Instituto Alana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte das crianças brasileiras vive os efeitos de uma urbanização desordenada e tem poucas oportunidades de brincar de forma não dirigida, em espaços públicos e em contato com a natureza nas cidades. O distanciamento da natureza, a redução das áreas naturais, a insegurança, o modelo atual de crescimento das cidades e a disputa pelo uso e ocupação dos espaços livres comprometem a oferta e o acesso a áreas verdes mais adequadas para as crianças e suas famílias. Somando-se a isso o excesso de exposição a telas de celulares, computadores e televisões, temos como resultado crianças passando a maior parte do tempo isoladas e em ambientes fechados.

Para transformar esse cenário, é preciso reconhecer que o bem-estar das crianças e a saúde da Terra são interdependentes e sua proteção está prevista em lei.

Diante desse contexto, é possível afirmar que a criação de parques naturalizados é, além de uma forma de assegurar o direito ao acesso à natureza a todas e todos, um caminho para despertar uma consciência cidadã que valorize o meio ambiente e priorize o desenvolvimento das múltiplas dimensões das infâncias (social, emocional, cultural, intelectual e física) na interação com a natureza. É por acreditarmos no protagonismo dos municípios na transformação dessa realidade que apresentamos neste guia caminhos e referenciais voltados a facilitar a implantação sistêmica de parques naturalizados, para que possamos romper barreiras burocráticas e, com praticidade, oportunizar às crianças e seus cuidadores os benefícios de estarem próximos à natureza.

Desejamos uma ótima jornada, repleta de aprendizados, e uma boa dose de coragem, ao saber que todo início de um fazer inovador exige novas formas de pensar, atuar e enfrentar uma realidade muitas vezes engessada.

Equipe Programa Criança e Natureza
Instituto Alana

LISTA DE REFERÊNCIAS E MATERIAIS COMPLEMENTARES

Nesta seção, você encontra uma lista com os respectivos links, referências bibliográficas, todos os materiais complementares e as normativas às quais há referência ao longo deste guia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBARULO, A. e HARTUNG, P. (orgs.). **Legal policy brief:** o direito das crianças e dos adolescentes à natureza e a um ambiente saudável. São Paulo: Instituto Alana, 2022. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Legal_Policy_Brief_Natureza.pdf. Acesso em: jan. 2024.

BARROS, M. I. A. de (org.). **Desemparedamento da infância:** a escola como lugar de encontro com a natureza. São Paulo: Instituto Alana. 2018. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Desemparedamento_infancia.pdf. Acesso em: jan. 2024.

BARROS, M. I. A. de (org.). **Parques Naturalizados:** como criar e cuidar de paisagens naturais para o brincar. São Paulo: Instituto Alana. 2022. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_Parques_Naturalizados.pdf. Acesso em: jan. 2024.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza.** São Paulo: Aquariana. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria:** benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. São Paulo: SBP. 2019. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2019/05/manual_orientacao_sbp_cen.pdf. Acesso em: jan. 2024.

UNICEF. **The Necessity of Urban Green Space for Children’s Optimal Development.** Discussion Paper. Disponível em: <https://www.unicef.org/documents/necessity-urban-green-space-childrens-optimal-development>. Acesso em: jan. 2024.

UNICEF. **A crise climática é uma crise de direitos das crianças:** introduzindo o Índice de Risco Climático para as Crianças. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/sites/default/files/2021-08/%5BPortuguese%5D%20CCRI%20Executive%20Summary_0.pdf. Acesso em: jan. 2024.

UNICEF. **Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

MATERIAIS, VÍDEOS E SITES COMPLEMENTARES

[A Importância das Áreas Verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades - UNESP](#)

[Como Promover Iniciativas Públicas mais Efetivas a partir da Participação Social - Prefeitura de São Paulo](#)

[Edital de Licitação de Microparques - Fortaleza](#)

[Escuta como Participação Política - CECIP e Fundação Van Leer no Brasil](#)

[Escuta de Crianças Sobre a Natureza e as Mudanças Climáticas - Instituto Alana](#)

[Estudo do Microclima Gerado por Praças em Relação aos seus Arredores na Cidade de Juiz de Fora - UFJF](#)

[Formação Autoinstrucional sobre Participação Infantil na Construção de Políticas Públicas - FAE/UFMG](#)

[Ferramentas de avaliação e monitoramento de Parques Naturalizados](#)

[Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiá](#)

[Guia de Brinquedos e Mobiliários - Instituto Alana](#)

[Guia de Plantas Tóxicas - Fiocruz](#)

[Guia para iniciar um projeto de construção em bambu - Daniel Heilbron](#)

[Instrumento Quali-Urb Infância - Fundação Van Leer no Brasil](#)

[Jardim das Brincadeiras - Guilherme Blauth](#)

[Mini documentário “Miradas”](#)

[Modelos de sinalização de parques naturalizados](#)

[Plantas Brincantes - Margareth Brandini Park](#)

[Playground Ideas - organização sem fins lucrativos que apoia a construção de um espaço estimulante para brincar usando materiais, ferramentas e habilidades locais.](#)

[Pesquisa Território do Brincar](#)

[PodaLab - USP](#)

[Por uma Infância Conectada à Natureza: Orientações para a Melhoria das Experiências das Crianças em Áreas Verdes - Instrumento “ACHUNAS”](#)

[Por um Método de Escuta Sensível - Instituto Alana](#)

[Programa “Fortaleza Mais Verde”](#)

[Projeto de Microparques Urbanos - Fortaleza](#)

[Quintais Brincantes - Sobrevoos por Vivências Educativas Brasileiras](#)

[Recomendações da ABNT para Parquinhos e Playgrounds](#)

[Tabela com detalhamento técnico de brinquedos e mobiliários naturalizados](#)

[Vamos Ouvir Crianças? - CECIP](#)

NORMATIVAS, ACORDOS INTERNACIONAIS E PLANOS MUNICIPAIS

[Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#)

[Constituição da República Federativa do Brasil](#)

[Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001](#)

[Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/2016](#)

[Nova Agenda Urbana](#)

[Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021](#)

[Plano de Bairro Novo Horizonte - Jundiaí](#)

[Plano Diretor de Jundiaí](#)

[Plano Municipal pela Primeira Infância de Jundiaí](#)

[Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI](#)

[PMPI - Fortaleza](#)

[PMPI Niterói](#)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Caminhos para a implementação de parques naturalizados [livro eletrônico] : um guia para gestores públicos / [organização Paula Mendonça de Menezes ; coordenação JP Amaral ; texto Dayana Araújo, Karina Tollara d'Alkimin]. -- São Paulo : Instituto Alana, 2024.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88653-28-9

1. Gestão pública 2. Lazer - Aspectos sociais
3. Natureza - Aspectos sociais 4. Parques e reservas nacionais I. Menezes, Paula Mendonça de. II. Amaral, JP. III. Araújo, Dayana. IV. d'Alkimin, Karina Tollara.

24-196250

CDD-354

Índices para catálogo sistemático:

1. Gestão pública 354

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

realização



apoio

